

Ciência & Ambiente

ANO IV - NÚMERO 7
JULHO/DEZEMBRO DE 1993



CIDADES

Ciência & Ambiente

Ano IV - Número 7
JULHO/DEZEMBRO 1993

CIDADES Índice

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL EDITORA DA UFSM UNIVERSIDADE DE IJUÍ EDITORA UNIJUÍ	EDITORIAL 3
	PRÓXIMA EDIÇÃO 5
	ARTIGOS
	<i>METRÓPOLE: a força dos fracos é o seu tempo lento</i> 7
	Milton Santos
	<i>URBANISMO EM FIM DE LINHA</i> 13
	Otília Beatriz Fiori Arantes
	<i>CIDADES BRASILEIRAS: a urbanização patológica</i> 23
	Ricardo Rossato
	<i>ECOTÉCNICAS URBANAS</i> 33
	Ricardo Siloto da Silva
	Horus Magalhães
	<i>A CIDADE E A (RE)CRIAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA</i> 43
	Helena Copetti Callai
	<i>A POESIA COSMOPAULISTANA DE MÁRIO DE ANDRADE</i> 55
	Pedro Brum Santos
	<i>A CIDADE E A TRADIÇÃO</i> 69
	Ruben George Oliven
	CADERNO DE OPINIÃO
	<i>AS RAZÕES DA CIDADE</i> 81
	Luis Fernando Veríssimo
	<i>POR UMA CIDADE DEMOCRÁTICA, INTELIGENTE E ALEGRE</i> 87
	Tarso Genro
	<i>O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES: um projeto para o Brasil</i> 91
	Jaime Lerner
	NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 97
	INSTRUCCIONES PARA PUBLICACIÓN 99

EDITOR
DELMAR ANTONIO BRESSAN

CONSELHO EDITORIAL
MIGUEL ANTÃO DURLO
PEDRO SELVINO NEUMANN
RONAI PIRES DA ROCHA
RONALDO MOTA
SEVERO ILHA NETO

REVISÃO
ZÍLIA MARA PASTORELLO SCARPARI

CAPA
BERENICE GORINI

PROGRAMAÇÃO VISUAL
VALTER NOAL FILHO

IMPRESSÃO/ACABAMENTO
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA UNIJUÍ

ENDEREÇOS
REVISTA CIÊNCIA & AMBIENTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - CAMOBI - 97119-900
SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
FONE: (055) 226-1616 - RAMAL 2358

LIVRARIA UNIJUÍ EDITORA
RUA DO COMÉRCIO, 1364
CAIXA POSTAL: 675
98700-000 - IJUÍ - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
FONE: (055) 332.3900

EDITORA E LIVRARIA DA UFSM
PRÉDIO DA BIBLIOTECA CENTRAL - SALA 203
CAMPUS DA UFSM - CAMOBI - 97119-900
SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
FONE: (055) 226-1616 - RAMAL 2115

Ciência & Ambiente/Universidade Federal de Santa Maria. Coordenação do Curso de Engenharia Florestal, Universidade de Ijuí - Vol. 1, n.1 (jul. 1990) - . - Santa Maria : Ed. da UFSM; Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1991.

Semestral

CDD:605 CDU:6(05)

Ficha elaborada por Marlene M. Elbert, CRB 10/951
Biblioteca Central UFSM



Editora UNIJUI



Editora
UFSC

ENGENHARIA FLORESTAL
UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA MARIA

No momento em que este número de **Ciência & Ambiente** está sendo publicado, ocorre em Brasília a CPI do Orçamento. O trabalho da Comissão, que investiga um espetacular episódio de corrupção em nossa política republicana, está tendo tamanha repercussão que depois dele nossa paisagem civil certamente sofrerá profundas transformações. Um jornal chegou mesmo a batizar este episódio de convulsão em Brasília.

Brasília, desde sua construção nos anos sessenta, é a prova em concreto das complexas relações entre a cidade e a vida política: a cidade implantada em meio a uma política voluntariosa, paisagem de solitária esperança encravada no Planalto, aos poucos se converte em emblema de nossas desesperanças. Como pensar a política sem pensar a cidade? Como falar sobre cidades esquecendo a política?

Estas relações talvez não sejam assim tão evidentes. Contudo, não é exagerado admitir-se que outros grandes temas, mais urgentes e imediatos, vinculados ao processo de redemocratização tenham tomado espaço de discussões sobre a cidade. Aos poucos, porém, a crença de que uma democracia que não se materializa em qualidade de vida torna-se vazia, formal, obrigando-nos a ver de perto a administração do cotidiano. Os militantes da idéia de uma grande transformação das relações e meios de produção aprenderam o valor de uma boa gerência... da iluminação pública! Descobre-se aos poucos que a administração de uma cidade é um dos paradigmas da política.

Nossas cidades — e Brasília é exemplar nisso — são esfinges à nossa espreita. É com esse espírito que entregamos aos nossos leitores o presente número, cheio de boas surpresas, tanto pela qualidade das contribuições que recebeu, como pelo esforço em intervir em tema tão clássico quanto por vezes esquecido. O leitor passeará pelo urbanismo, pela demografia, pela literatura, pela política e por outras tantas abordagens, alinhavadas pela vontade de que nossos problemas sejam tratados de modo mais paciente e direto, e pela esperança de que nossas cidades sejam cada vez mais orgânicas e democráticas.

A próxima edição de **Ciência & Ambiente** deverá tratar do tema **Educação Ambiental**. Com isso, a revista pretende estimular a reflexão sobre os limites e as possibilidades de inserção da ecologia nos diversos estágios do processo educativo e, em especial, nas etapas correspondentes ao ensino fundamental.

METRÓPOLE: a força dos fracos é o seu tempo lento*

Milton Santos**

As cidades, em especial as metrópoles, revelam um dos mais representativos fenômenos contemporâneos: a fusão das idéias de espaço e de tempo. Distanciando-se da natureza e com o concurso da técnica, o espaço urbano, um genuíno produto histórico, impõe a idéia de tempo. Um tempo fabricado pelo homem. Neste cenário, constituído por zonas díspares, “luminosas” e “opacas”, os homens movimentam-se de forma desigual. Contudo, a despeito das aparências, são os homens comuns, pobres e “lentos”, os mais velozes na descoberta de uma nova solidariedade na cidade.

*Comunicação apresentada no seminário *Metropolização e Sociedade: novas tendências nas relações espaço e tempo*, IPPUR-UFRJ/ANPUR, Rio de Janeiro, 06/10/1993.

** Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

¹ SIMMEL, Georg. *Les problèmes de la philosophie et l'histoire*. Paris : Presses Univ. de France, 1984.

² SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Paris : Gallimard, 1990.

Para Simmel, as coisas e a vida são pólos no entendimento do Mundo.¹ O conselho de Sartre é mais preciso que o de Simmel: o entendimento do mundo é dado pelas coisas e pelo Período, a Época.² Quando falamos em Período, já estamos *qualificando* o Tempo, permitindo-lhe um enfoque empírico, de modo a evitar, justamente, que se trabalhe com o “esqueleto abstrato da universalidade”.

Espaço-Tempo? Metropolização? Que relações existem entre esses fatores?

O advento do Período Científico-Técnico permitiu, afinal, que, na prática, isto é, na História, espaço e tempo se fundissem, confundindo-se. Não há, nas ciências sociais, como tratá-los separadamente. Sob risco de tautologia, as categorias de análise devem ser outras, e não mais Tempo e Espaço, já que as definições se tornaram recíprocas. E a cidade, sobretudo a grande cidade, é o fenômeno mais representativo dessa união.

O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Hoje, graças às técnicas, que realizam, através da matéria a união do espaço e do tempo, tanto esses objetos são artificiais ou em todo caso, plenamente históricos, quanto as ações tendem a ser artificialmente instrumentalizadas. E o que atualmente há de específico na relação Espaço-Tempo na Metrópole é justamente isso: não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contêm tempo. Quando Sartre diz que “*a praxis rouba a minha ação*” ou quando Maffesoli nos recorda de que “*os objetos não querem mais obedecer*”, ambos expressam esta mesma compreensão.

O casamento dos objetos perfeitos — mais perfeitos que a Natureza — com os sistemas sociais montados no artifício explica porque uns e outros juntos são capazes de fabricar grandes fábulas em lugar de produzir grandes relatos.

Que é, assim, esse Tempo do Mundo? Isso existe? Nós sabemos que há apenas um relógio mundial, mas não um tempo mundial. Seja como for, a distância do homem comum em relação a esse novo Tempo do Mundo é maior, muito maior do que antes. A mundialização multiplica o número de vetores e, na verdade, aumenta as distâncias entre instituições e entre pessoas. Ubiquidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula. Para o homem comum, o Mundo, mundo concreto, imediato é a Cidade, sobretudo a Metrópole. Nessas condições, será a Cidade uma Nação?

Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a idéia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem; e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta.

A noção de sociedade global, noção abstrata, ganha concretude na cidade, onde os homens e a produção se dão em sistemas, e os objetos e lugares também são sistemas. Tudo isso é tornado sistêmico graças aos mandamentos sociais: a construção dos diversos tempos sociais combina a inflexibilidade dos objetos à flexibilidade das ações. Talvez, por isso mesmo, tenha toda razão Lia Osório Machado, quando nos lembra que as cidades são sistemas abertos e complexos, ricos de instabilidade e contingência.³

O tempo se dá pelos Homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo.

A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da re-educação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado.

Assim, como não há um tempo do Mundo, não há, por si só, um tempo da técnica: o objeto não se define sozinho, ou melhor, sozinho o objeto não tem sentido. Mas sua lei,

³ MACHADO, Lia Osório. A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, Rio de Janeiro, 1993. *Anais...* Rio de Janeiro : UFRJ/AGB, 1993.

que é a lei de sua constituição como máquina de fornecer trabalho, se impõe sobre os homens. E os homens o descobrem, com maior ou menor rapidez. E uns mais que outros.

Na cidade, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico — uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa — essa historização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas “luminosas”, constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem.

Paremos um pouco aqui. A literatura que glorifica a potência inclui a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a “sua” civilização para o resto do mundo. Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes.

Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual tudo se dá ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio⁴ na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrinhá-la — acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos?

No próprio mundo da “inteligentzia” vemos o contraste. Quem vê mais, quem é mais ágil em matéria de elaboração do pensamento, o ativista arrogante e suado que pensa

⁴ VIRILIO, Paul. *L'espace critique*. Paris : Christian Bourgois Editeur, 1984.

estar perto do povo somente porque reside na porta da fábrica, ou o intelectual rigoroso e modesto, preso ao seu escritório, sentado na poltrona?

Cabe lembrar aqui uma categoria pouco explorada na obra de Sartre, a do prático-inerte. Este é o resultado de totalizações do passado, criando configurações resistentes na vida social e, digo eu, também no espaço. Cada lugar acolhe, através da História, seu prático-inerte local, formado — desculpem a simplificação — por uma tecnoesfera e por uma psicoesfera, ambas suscetíveis de alteração e mudança, ainda que a primeira, a tecnoesfera, por sua materialidade, mais pertença ao reino da necessidade, enquanto a segunda, um dado empírico mas não material, mais pertença ao reino da liberdade. Se os pobres, os homens comuns, os homens “lentos” acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo.

A estrutura dessa população de “homens comuns” favorece o processo. A chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade dos sujeitos... dos sujeitos comuns e das interpretações mais próximas do “real”. O conteúdo prático-inerte trazido por cada qual é diverso do ambiente prático-inerte local. A temporalidade introjetada que acompanha o migrante se contrapõe à temporalidade que no lugar novo quer abrigar-se no sujeito. Instala-se, assim, um choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações.

Segundo Lowenthal, o passado é um outro país.⁵ Digamos que o passado é um outro lugar ou, ainda melhor, o passado é num outro lugar. No lugar novo o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro mas, em seguida, necessidade de orientação.

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço “inorgânico” é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajuda-

⁵ LOWENTHAL, David. Past time, present place: landscape and memory. *The geographical review*, n.1, v.65, p.1-36, 1975.

ram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os “espaços luminosos” da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos.

Estas são lições que o tempo das metrópoles, submetido a uma nova leitura, nos inspira. Falta aperfeiçoar a metodologia adequada, na qual, certamente, categorias opostas e complementares, como as de tecnoesfera e psicoesfera, terão relevância. Essas duas esferas se influenciam reciprocamente, ou conforme nos ensina Ana Clara Torres Ribeiro, a psicoesfera pode criar as condições sociais para a aceitação da tecnoesfera.

Um tema, entre outros possíveis, é o da solidariedade na cidade, como um resultado e um acelerador da descoberta. A entrada em ação, hoje, de “*massas que estavam relativamente estacionárias*” no dizer de Gaston Berger, desarticula o mundo objetivamente articulado, não apenas no agravamento da produção da feiúra mas também da beleza.⁶

⁶ BERGER, Gaston. *Phénoménologie du temps et prospective*. Paris: Presses Univ. de France, 1964.

No entanto, encorajada pela mídia, a ciência social — e nela, a urbanologia — está dando realce aos temas do horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade.

URBANISMO EM FIM DE LINHA*

Otília Beatriz Fiori Arantes**

Cidades inteiramente planejadas ou cidades espontâneas? Espaços urbanos racionalmente organizados ou espaços caóticos, fragmentários e plurais? Nem um, nem outro. Se, de um lado, é preciso reconhecer o colapso da planificação global da cidade, de outro, a desordem saudável representa não mais do que uma miragem estética. Na atualidade, reinventar as cidades requer uma completa revisão do modelo urbano legado pela modernização capitalista, de modo a reincorporar as grandes massas da população gradativamente excluídas das regiões privilegiadas pelo capital.

* Comunicação apresentada na II Bienal Internacional de Arquitetura, em agosto de 1993, com o título *Os limites do desenho urbano*.

** Professora Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade, como se sabe considerada pelos modernos a mais acabada expressão da organização racional do espaço habitado coletivo — a um só tempo trunfo da modernização capitalista e prefiguração da socialização que ela parecia antecipar —, as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente *modesta*, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais. Este ao menos é o discurso que acompanha tais iniciativas. Em nome dessa fraseologia da modéstia a todo custo, chega-se até mesmo a advogar a causa surpreendente de um urbanismo anárquico ou a fazer a apologia da cidade caótica, plural como uma colagem, fragmentária, *soft* etc. Cabe perguntar se não se está substituindo a ideologia do plano por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada (na acepção que Max Weber dava a esta dimensão chave do mundo moderno) das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização.

Em resumo, esse é o impasse em que nos debatemos, quando se propõe a questão do desenho urbano. Em sua consciência ninguém se furtaria ao dever de tornar as nossas cidades mais convidativas, no que diz respeito não só ao prazer estético do viver bem (como diriam os Antigos), mas sobretudo ao imperativo social de utilizar os meios técnicos ao nosso alcance em vista da melhoria material das condições de vida dos habitantes dos grandes centros metropolitanos (aliás, não tem mais cabimento falar em centros, pois o que existe, na verdade, é uma grande rede urbana interligada). Mesmo assim, tenho dúvidas quanto às chances do desenho urbano se converter num instrumento eficiente de desenvolvimento da vida na cidade. A própria expressão “desenho urbano” (ao invés de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse

estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico, como lembrei há pouco, reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *débâcle* irreversível do Movimento Moderno. Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: governos — no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária — ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.); ao que se somam os limites naturais da profissão, obrigando a dividir a responsabilidade de qualquer intervenção com outros profissionais; mas, basicamente, encolhimento imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja globalização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa, quanto maior o contingente dos “náufragos da competitividade” mundial (só no Brasil, 70% da população pobre reside nas cidades).

Como sabemos, modernização e urbanização são a bem dizer intercambiáveis, uma anuncia e sustenta a outra. Ora, creio que já não dá mais para continuar desconversando e deixar de reconhecer, nessa irreversível proliferação urbano-caótica (por volta do ano 2.000 mais da metade do planeta estará empilhada em megalópoles), a contra-prova da falência do processo global de modernização (e não só no Terceiro Mundo; pensemos, por exemplo, nas grandes cidades americanas: a desintegração urbana vai mesmo caminhando da periferia para o centro). Não é à toa que ninguém mais se ilude quanto às possibilidades de transformações drásticas — o urbanista demiurgo foi se transformando num decorador, o planejamento cedeu lugar ao que Ghieux chama de “*urbanisme d’entretien*” (talvez nas duas acepções do termo).

Mas houve época em que, para resistir à urbanização demolidora praticada pelos modernos, à pretensa “racionalidade” da cidade planejada, tanto quanto ao seu crescimento desordenado, pensou-se que a alternativa consistiria em intervenções orientadas por princípios como os seguintes: consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescen-

do os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” — na acepção forte do termo —, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante. Tudo isso era fruto de um esforço de salvação da cidade, e com ela da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, esforço *conduzido discretamente*, passo a passo, por assim dizer em *migalhas*, a partir de pontos nevrálgicos, escolhidos a dedo, seja por sua deterioração, seja, ao contrário, pelo significado de que poderia se revestir para a população local, servindo de ponto de irradiação (dando origem a uma metástase benigna, na expressão de Bohigas) que viesse a requalificar o entorno — *ipso facto* a relação das pessoas com seu espaço e entre elas.

Ora, este programa de resistência, adotado pelos melhores e mais empenhados arquitetos do pós-guerra (especialmente na Europa), aliando, não sem paradoxo, ao novo ideário da modéstia anti-globalizante, um ponto de vista oposicionista altamente politizado, à medida mesmo que ia ganhando adeptos, cada vez mais numerosos e inventivos, arregimentando inclusive no *establishment* (veja-se o P.O.S. de 77, em Paris, na era Giscard), foi se transformando no seu contrário, ou melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do *status quo* (o tal *entretien* identificado por Ghieux), a rigor, uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria. Pior ainda, contrariando frontalmente o espírito mesmo da alternativa, o novo estilo “modesto” de intervenção implicava uma realocação forçada da população: o acesso aos “lugares” requalificados tornava-se uma impossibilidade de fato para os habitantes expulsos das regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos das cidades e cuja deterioração subsequente transformara em cortiço e refúgio dos *homeless*; com algum humor negro, seria o acaso de dizer que os usuários tradicionais daqueles espaços degradados só poderiam visitá-los agora na qualidade de turistas ocasionais. Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar.

tar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer, em geral de natureza duvidosa; como disse, pura encenação. Imagens de uma cidade dita “comunicante” (afinal é um novo “paradigma”), onde a pluralidade não passa de *décor* cultural.

Como lembra Jean Pierre Jeudy, aliás um especialista em patrimônio, trata-se de uma cenografia gestonária da cidade, algo como uma teatralização da vida quotidiana, em que a história da cidade não é mais do que estética da memória, uma sucessão de quadros “representativos” da vida quotidiana. Esse mesmo especialista, que ainda acredita que se possa — como diz — recolocar em cena símbolos de uma verdadeira heterologia cultural, isto é, diferenças ativas, nutre, no entanto, poucas ilusões quanto à possibilidade de abalar essa nova ordem: sua capacidade de auto-reprodução é tão grande, diz ele, que “*ela pode criar a cena social sem ser ameaçada em seus próprios fundamentos*”. Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena — bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu. Temos exemplos de sobra disso. E quando a discrepância entre o que se pretende encenar e o que de fato ocorre começa a dar demais na vista (estou pensando, por exemplo, no centro histórico de Salvador), a fraseologia alternativa vira pura e simples desfaçatez demagógica. Resta saber o que seria uma teatralização neo-simbólica (a expressão é de Jeudy) que não estivesse necessariamente em sintonia com a apologia moderna da comunicação, que não se restringisse a uma midiatização urbana. Não ignoro que por toda parte — e até mesmo no Brasil — ainda há exemplos isolados de boa vontade progressista de alinhar essas intervenções no desenho urbano com uma possível instauração da cidadania (recomposição *in extremis* de um tecido social coerente); mas é tal a força de contaminação inerente a essas iniciativas “cenográficas”, que ficamos pensando se não se trata na verdade de um ensaio a mais... de uma representação futura.

Paris, nestes últimos anos, foi um exemplo gritante desta dupla estratégia: criar, por um lado, lugares prestígio- giosos, lugares de vida pública, como diziam seus promo- tores, no mais das vezes espaços culturais, e, de outro, evitar a modernização predatória, respeitando a tipologia básica parisiense e com ela (alegava-se...) a própria popu- lação. Conhecemos o desfecho: além de congelar Paris, não por acaso tal programa revelou-se uma forma eficiente de evitar a invasão dos imigrantes e da população de baixa renda que as torres estavam de certo modo estimulando, sem falar na expulsão que a própria restauração obrigatória causou, juntamente com a valorização dos imóveis que esta voga preservacionista desencadeou, voga cujo com- plemento se manifestou igualmente nos grandes projetos espalhados por Paris, requalificando (em vários sentidos) bairros inteiros, como ocorreu com a Rotonde, a Ópera da Bastille, antes, o Beaubourg, e assim por diante; e agora a Biblioteca Nacional, no novo grande centro empresarial em que deve se transformar a região leste, sobre os antigos leitos ferroviários da Gare d'Austerlitz.

Aliás, esta última urbanização parisiense já se benefi- cia da mudança do P.O.S. em 89, que autoriza e incentiva uma ocupação diferenciada, reproduzindo com certeza, no leste, o que ocorreu no Front de Seine a oeste: grandes pré- dios de escritórios, seguramente das indústrias de ponta, muita sofisticação técnica, numa arquitetura perdulária e aparatosa — muitos vidros espelhados, muitas formas irre- gulares, o ideal da tecnópolis em plena Paris. Não é difícil reconhecer nisso tudo um outro sintoma das novas relações do Estado com a economia em mutação, que aos poucos se retira de cena, deixando de ser o principal gestor do espaço público.

Está claro que o comando continua político (no pior sentido da palavra), ninguém se ilude quando à ficção do Estado Mínimo, nem mesmo os neo-liberais, que dela se valem para fins meramente apologéticos e, por isso mes- mo, a iniciativa passou às grandes corporações, na maioria multinacionais (são elas os maiores clientes). Neste rumo,

vai se confirmando uma tendência que não é de hoje e que se exprime na regulação do projeto arquitetônico pela forma-publicidade da mercadoria, aliás, destino de uma arte de massa como a Arquitetura. Compreende-se que no repertório mais eloqüente desta última, a nova supremacia econômica procure e patrocine os símbolos bem desenhados que lhe celebrem o triunfo.

Mas é noutra direção que se manifesta a novidade do momento presente. A ideologia do Lugar Público já não é mais uma exclusividade do discurso oficial, que há mais de uma década parece ter delegado à arquitetura a tarefa monumental de reanimar pelo menos a imagem da Nação, nem distingue, com a ênfase ambivalente que também procurei salientar noutra ocasião — espécie de apanágio de resistência — a intervenção urbana dos contextualistas mais intransigentes. Esclarecendo melhor a natureza do processo, digamos que a nova teoria do lugar público se abastardou um pouco mais. Ao que parece, na seguinte direção: dispensando a intervenção do Estado (um sistema incômodo de contra-pesos), o Capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente “requalificados”. Tudo se passa como se a ideologia do espaço público, economizando o momento retórico da frase (oficial ou difusamente oposicionista), fosse enunciada diretamente pela fisionomia das cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado. No entanto, como adverte um outro autor francês, Claude Jacquier, *“enquanto os prefeitos se ocupam de suas tecnópolis, o Terceiro Mundo se instalará nas portas das nossas cidades...”*.

Volto ao início. Estamos decerto diante de um grande desafio não só para os desenhistas urbanos, mas para qualquer cidadão — as nossas cidades são apenas a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo. Explicando melhor: a subproletarização é um fenômeno mundial, o desemprego, e sobretudo a legião

crescente dos que nunca entrarão no mercado de trabalho, e a conseqüente squaterização ou até mesmo a ausência total de moradia criam sub-cidades. A assim chamada e estetizada cidade fragmentária, em grande parte é isto, é o resultado de uma nova “ordem” mundial, onde a grande maioria das pessoas não tem mais nem mesmo a infelicidade de ser explorada, o universo da economia tecnológica de ponta está fora do alcance de porções cada vez maiores dos países e não apenas na periferia. Aliás, já não é mais possível falar estritamente em Terceiro Mundo. Estamos diante de uma rede transnacional que interliga alguns nichos de desenvolvimento espalhados pelo mundo que, por sua vez, vão escasseando em virtude do ímpeto destrutivo da competição capitalista atual: essa a fonte da nova marginalidade urbana, muito diversa da que conhecemos no auge do antigo processo de modernização. Nestas condições, como observou muito bem Claude Liauzu, a peça mestra do sistema dominante, o *modelo urbano mundial se desfaz*: um modelo que prometia desenvolvimento produz a mais implacável exclusão. É, portanto, dentro de uma armadura mundial que é preciso pensar nossas cidades, o que nos obriga a reformular o seu velho papel no pensamento progressista enquanto pólo de crescimento e integração nacional.

Vivemos uma situação de transição para o moderno abortada, de instabilidade sem horizonte, nem recuo possível. Nova dualidade também; as sociedades funcionam atualmente com duas velocidades, a dos integrados no circuito internacional e a da grande massa dos perdedores na corrida da competitividade, que já não ameaçam mais segundo a divisão tradicional das classes antagônicas, inviabilizando, assim, o compromisso social-democrata do planejamento urbano conforme os modernos. Portanto, precarização do mundo do trabalho, conjugação de reivindicações econômica e urbanas (alojamento, serviços etc.), enfim, apartação social de que as nossas cidades são uma tradução imediata. O problema hoje não é mais o da explosão urbana mas, como diz Liauzu (a quem estou resumindo muito por alto), de implosão.

Num contexto calamitoso dessas proporções, talvez nada mais seja possível (e isso já é muito) do que multiplicar medidas para a melhoria relativa de higiene, habitação, alimentação, saúde — requalificação de vida contrária a qualquer expectativa de mercado, pois concerne diretamente aos que foram expulsos dele — medidas compensatórias de assistencialismo mesmo, por certo a cargo do Estado, ao menos até que o capitalismo tome novos rumos, ou o mundo saia de vez do capitalismo... Enquanto isso, o que se tem de fato é a praga do empobrecimento, do não-emprego absoluto, da falta de moradia como a contrapartida da afluência dos negócios, dos serviços financeiros, da comunicação eletrônica etc.

Dito isto, a heterogeneidade, a pluralidade da cidade caótica, deixam de ser tão *soft*, como pretendem alguns deslumbrados com a nova “normalidade” capitalista — variedade e mobilidade vão varrendo de forma *hard* um número cada vez maior de pessoas das regiões urbanas privilegiadas, dos redutos *yuppies*. De fato, assiste-se a uma estetização da pobreza urbana. Na *Condição pós-moderna*, depois de analisar a cidade contemporânea, David Harvey chama a atenção para “*as cenas de rua, de empobrecimento, perda de poder, grafiteagem e decadência (que) se tornaram trigo para o moinho dos produtores culturais*” — “*quando a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, à amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico*”.

Em suma, nem cidade inteiramente planejada, nem espontânea. Por exemplo, as interações sociais em que ainda apostava Jane Jacobs nos anos 50 são cada vez mais irrealis, o urbanismo anárquico de um Sennet também — ele parece esquecer que é justamente nessa cidade que se dá a morte do homem público por cujo renascimento aspira. A desordem saudável é também uma miragem estetizante. Não estou advogando o “nada a fazer”, simplesmente observando que reinventar as cidades hoje implica revisar por

completo o modelo urbano que nos foi legado pela modernização capitalista, o que não há de ser pelo elogio a torto e a direito da diversidade, muito menos tentando ressuscitar a visibilidade democrática através de disseminação de lugares de referência de fácil identificação. Mas afinal lugar de referência para quem? Para populações que a urbanização deslocou a troco da liberdade negativa do não-emprego e que não podem mais retroceder ao espaço pré-urbano que esta mesma modernização sem futuro destruiu.

Se as intervenções não comportam mais a escala abrangente e radical como os modernos queriam, também não se pode renunciar (em nome da modéstia, do encarecimento das diferenças etc.) ao ponto de vista da totalidade (se me perdoam o saudosismo) acerca da natureza do processo que nos atropelou em plena reposição contextualista de perdas e danos (ou que nome se dê ao pensamento projetual, marcadamente defensivo, que prosperou durante o interregno a que se resumiram as duas últimas décadas de ajuste do capitalismo central). Ocorre que este último se recompôs inviabilizando de vez a idéia mesmo de urbanização, tornando o conceito de cidade uma coisa do passado, como atestam os monstros urbanos em que vivemos, e dentro deles as zonas extra-territorializadas que sem dúvida um bom desenho até pode tornar agradável de ver — em maquete, de preferência.

CIDADES BRASILEIRAS: a urbanização patológica

Ricardo Rossato*

A urbanização em escala universal constitui um fenômeno próprio dos séculos XIX e XX. O Brasil, no entanto, passa a experimentar este fenômeno apenas nos últimos decênios. De fato, a urbanização na Europa e na América do Norte prolongou-se por mais de um século e meio, enquanto que, entre nós, durou aproximadamente cinquenta anos. A rapidez deste processo trouxe consigo severas conseqüências de ordem sócio-econômica, para o que não se vislumbram soluções num horizonte próximo. Contudo, a compreensão destes problemas depende da adequada caracterização do modelo de urbanização brasileira, com ênfase para os seus aspectos demográficos e sociológicos, para o que os dados oriundos dos censos do IBGE são bastante reveladores.

* Professor do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

AS TENDÊNCIAS RECENTES DA URBANIZAÇÃO

Com o desenvolvimento tardio do processo de industrialização, a urbanização também será postergada.¹ Numa relação de causa e efeito destes dois fenômenos, na medida em que a industrialização só se desenvolve mais recentemente, as transformações sociológicas que a acompanham, entre as quais a urbanização, também ocorrem tardiamente.

A ação política do governo de Getúlio Vargas, visando à modernização do país com medidas econômicas e sociais, desencadeiam gradualmente amplos movimentos migratórios que acabarão por acelerar a urbanização. Paralelamente a estes movimentos, deve-se destacar o elevado ritmo de crescimento demográfico que o Brasil experimentava. Com efeito, a chamada fase da explosão demográfica, situada entre os anos de 1940 e 1970, fazia com que o país vivesse um ritmo de crescimento demográfico tão intenso, que em determinado momento se constituiu no epicentro do crescimento mundial. No bojo destes processos, intensifica-se o ritmo de crescimento urbano. Portanto, no primeiro momento, a urbanização é acelerada por dois fatores: a industrialização, que atinge o ápice da substituição de importações entre 1950 e 1960, e as elevadas taxas de incremento demográfico, que ocorrem entre 1940 e 1970. Enquanto a população global do Brasil, entre 1940 e 1991, multiplicou-se por 3,54, neste mesmo período a população urbana multiplicou-se 8,61 vezes.²

Tabela 01: População urbana do Brasil, número índice 1940:100.

Ano	População total	População urbana	Taxa de urbanização	Número Índice
1940	41.263.315	12.880.182	31.24	100
1950	51.944.397	18.782.891	36.16	146
1960	70.070.457	31.303.034	44.67	243
1970	93.139.037	52.084.984	55.92	404
1980	119.002.706	80.436.409	67.59	624
1991	146.917.459	110.875.826	75.86	861

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Resultados Preliminares do Recenseamento de 1991.

¹ Entende-se por população urbana, toda a população residente na sede dos municípios e na sede dos distritos. Efetivamente trata-se de um conceito bastante generoso, diante do conceito restritivo de outros países como a França e a Itália que, para considerarem uma comunidade como população urbana, exigem um número mínimo de habitantes e de condições de infra-estrutura, tais como correios, telefone, rede de esgotos. Basta esta observação para se perceber o quanto a taxa de urbanização brasileira é elevada artificialmente, a partir da própria concepção do que seja urbano.

² IBGE. *Resultados Preliminares do Censo de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (não publicado)

A análise dos dados da Tabela 01 permite observar a intensidade do ritmo de urbanização: em cinquenta anos a população urbana do Brasil, em média, multiplicou-se por 8,6 vezes, dobrando, portanto, a cada seis anos. Os dois períodos de crescimento mais pronunciados situam-se em termos de volume, nas décadas de 70 e 80. Nesta etapa são acrescentados aproximadamente 60 milhões à população das cidades, número superior a todo o processo de urbanização da história do país.

Por conseguinte, à fase da explosão demográfica segue-se imediatamente a explosão urbana. Às altas taxas de fecundidade, tanto urbanas como rurais, corresponderam altas taxas de urbanização. A partir de 1950, as taxas de urbanização global permanecem constantes, ao redor de 8,5% a 10%, chegando mesmo a mais de 11% entre 1970 e 1980. Em cinquenta anos invertemos as tendências nacionais: passamos de 2/3 de população rural para 2/3 de população urbana.

Tabela 02: Índice de urbanização do Brasil por região - 1940-1991.

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	57,83
Nordeste	23,42	26,40	33,89	41,81	50,46	60,64
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,01
Sul	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41	74,12
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,26
Brasil	31,24	36,16	44,67	56,72	67,59	75,47

Fonte: IBGE-Anuário Estatístico do Brasil (1984) e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

A urbanização do Brasil, quando analisada sob a ótica regional, permite visualizar outras facetas deste processo (Tabela 02). Inquestionavelmente, a região Sudeste antecipou-se às demais no que tange à industrialização e manteve esta posição durante todo o período recente. Esta região, de forma constante puxou para cima as taxas de urbanização do país. Até 1970, era a única que apresentava

taxas superiores às nacionais e, mesmo em 1980, ainda contribuía decisivamente para elevar as médias do país. Esta tendência do Sudeste fica mais evidente ainda se levarmos em consideração que, em 1940, a região tinha 56,14% da população urbana do país e, em 1991, este número cai para 49,74%. Comprova-se, portanto, que as taxas de urbanização intra-regionais se tornam mais expressivas. A metade da população urbana do país encontra-se nesta região.

Deve-se destacar, contudo, que nos últimos 20 anos a região que apresentou ritmo mais intenso de urbanização foi, sem sombra de dúvidas, a Centro-Oeste. Esta região, que em 1970 tinha índices semelhantes às demais, com exceção do Sudeste, em 1991, distancia-se significativamente do Sul, Nordeste e Norte. Em trinta anos viveu um processo tão ativo de urbanização, que passa de 1/3 de população urbana em 1960 para 4/5 em 1991. Deve-se destacar, ainda, que a região apresenta o maior crescimento relativo: em 1940, esta área apresentava apenas 2,10% da população urbana do Brasil; em 1991, passa para 6,90%, mais do que triplicando a sua participação relativa. Entre 1970 e 1980, a taxa média geométrica de incremento anual da região foi de 7,69, enquanto que a mesma taxa para o Brasil foi de 4,44.³

³ IBGE. *Crescimento e Distribuição da População Brasileira, 1940-1980*. Rio de Janeiro : IBGE, 1984.

O que ocorreu no Sudeste e no Centro-Oeste teve uma causa comum: as migrações. Entretanto com características bastante distintas. Enquanto no Sudeste os migrantes, sobretudo nordestinos, eram atraídos pelo processo de industrialização e pela busca do emprego urbano, localizado especialmente no triângulo formado por São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, o Centro-Oeste atraía as levas de migrantes que expandiam a fronteira agrícola do país. Estes, num segundo momento, emancipam os antigos núcleos rurais e hoje aceleram significativamente a urbanização da região. Também não deve ser desprezado o fenômeno de Brasília, sobretudo nos anos 60 e 70.

A CONCENTRAÇÃO

Uma das características marcantes da urbanização brasileira é a chamada macrocefalia, ou seja, o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos e a diminuição progressiva da população relativa das pequenas cidades. A comprovação deste fenômeno se dá através da observação do crescimento das regiões metropolitanas e da perda de população das demais categorias nos últimos 20 anos. Neste período, todas as regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre) no mínimo dobraram a sua população, embora São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, exatamente as maiores, fiquem abaixo deste índice. De qualquer modo, a população destas nove áreas representa cerca de 40% da população urbana do Brasil. Inegavelmente, o fenômeno determinante do crescimento das áreas metropolitanas se deveu ao intenso fenômeno migratório inter-regional (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte) e intra-regional (Porto Alegre, Curitiba, Salvador). Contudo, deve-se destacar que tais regiões tiveram o seu maior crescimento entre os anos de 1950 e 1970. Neste ano, nas nove regiões metropolitanas encontravam-se 45,72% da população urbana do Brasil, enquanto, em 1991, este percentual caía para 38,07%. Diante deste fato, estaremos assistindo a uma reversão da tendência histórica de supercrescimento dos grandes centros? Para responder a questão seria preciso, com certeza, uma análise mais profunda dos dados do censo de 1991, os quais, de acordo com informações recentes do IBGE (agosto de 1993), só serão divulgados em meados do próximo ano.

A Tabela 03, complementa as informações anteriores: mostra como se comportaram os pequenos e médios aglomerados urbanos nos últimos cinquenta anos.

Tabela 03: Distribuição relativa dos aglomerados (%) e da população recenseada nos aglomerados urbanos (%) — Brasil (1940-1980)

Categoria de Tamanho (habs)	1940	1950	1960	1970	1980
Até 500	40,93	37,17	33,01	32,45	27,65
501 a 1000	23,17	23,48	22,00	19,62	15,99
1001 a 2000	17,33	17,58	17,47	16,80	16,50
2001 a 5000	11,67	12,87	15,54	15,84	17,96
5001 a 10000	3,71	4,80	5,78	6,97	9,28
10001 a 20000	1,84	2,21	3,29	3,84	5,59
20001 a 50000	0,78	1,27	1,79	2,71	4,04
Acima de 50000	0,46	0,61	1,12	1,77	2,88
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
População recenseada nos aglomerados urbanos					
até 500	4,05	2,88	1,87	1,22	0,67
501 a 1000	6,13	4,76	3,25	2,09	1,15
1001 a 2000	8,99	7,08	5,07	3,24	2,34
2001 a 5000	13,14	11,11	9,85	7,37	5,72
5001 a 10000	9,45	9,49	8,19	7,20	6,49
10001 a 20000	9,17	8,79	9,42	8,02	7,65
20001 A 50000	8,57	10,69	11,46	12,32	12,63
Acima de 50000	40,50	45,20	50,89	58,24	63,45

Fonte: IBGE — Anuário Estatístico (1984).

Um outro aspecto marcante e complementar no processo de urbanização brasileira, a par da concentração nas áreas metropolitanas, é a chamada aglutinação. Os dados mostram claramente como os pequenos municípios perdem cada vez mais a sua importância dentro do contexto brasileiro. Os municípios com menos de 2000 habitantes, que chegaram a representar 81,43% dos municípios e 19,17% da população em 1940, hoje somam ainda 60,14% dos aglomerados, mas apenas 4,16% da população. Certamente os dados do recenseamento de 1991 confirmarão esta tendência. E ainda mais: 78,1% dos municípios têm menos de 5000 habitantes.

Os primeiros resultados do censo demográfico de 1991 confirmam efetivamente as tendências apontadas: os municípios com 50.000 habitantes ou mais, somam 462 unidades, enquanto aqueles com menos de 1000 habitantes não passam de 5. É claro que aqui são considerados somente os municípios excluindo as outras aglomerações também consideradas urbanas. Os municípios com mais de 50.000 habitantes representam 10,68% das unidades e abrigam 80,78% da população urbana do país.⁴ Embora a concentração mantenha-se, há um nítido fortalecimento da rede de cidades médias. Os pequenos municípios perdem sua importância tanto nos aglomerados como em termos de população. Há casos, como o Estado do Rio Grande do Sul, onde entre 1970 e 1980, uma centena dos 232 municípios teve redução absoluta de população, isto é, 43,00% deles apresentaram diminuição absoluta de população. De 1980 a 1991, repete-se praticamente o fenômeno, com 40,65% dos municípios gaúchos diminuindo a sua população.⁵

⁴ IBGE. Op. cit., 1992.

⁵ IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro : IBGE, 1984 e IBGE. Op. cit., 1992.

Em síntese, hoje pode-se afirmar, com certeza, que o país já viveu a fase mais intensa do seu crescimento demográfico. Experimenta-se agora uma desaceleração notável do ritmo de crescimento vegetativo. Se o crescimento demográfico foi acompanhado por igual ritmo de crescimento econômico é o que veremos a seguir.

OS PROBLEMAS DO CRESCIMENTO

Como nos demais países da América latina, o crescimento demográfico não foi acompanhado de correspondente desenvolvimento econômico. Não houve, por exemplo, um processo simultâneo de desenvolvimento e geração de empregos e de mudanças estruturais para absorver os contingentes da população. Se no campo do crescimento demográfico *“tudo indica que até o final do século o Brasil apresentará padrões de fecundidade e crescimento populacional próximos aos verificados nos países desenvolvidos por volta de 1980”*⁶, no campo social não se pode esperar a mesma coisa. Os acontecimentos recentes o demonstram sobejamente.

⁶ MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.9, n.51, p.29-35, 1989.

⁷ IBGE. *Crianças e Adolescentes, Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro : IBGE, 1992.

⁸ IBGE. *Resultados preliminares do Censo de 1991*. Op. cit.

⁹ Pesquisa publicada no jornal *Folha de São Paulo*, edição de 30 de março de 1993.

¹⁰ CEPAL. *Comissão Econômica para a América Latina*. Março 1991.

¹¹ CEBRAP. *Crescimento e miséria*. São Paulo : Loyola, 1975.

Entre os principais problemas sociais urbanos, podemos apontar o dos brasileiros entre 0 e 17 anos dos quais 53% vivem em pobreza absoluta.⁷ Segundo os dados do censo de 1991, Salvador, a terceira maior cidade do país, só dispõe de esgoto apropriado para 23% da sua população. Tem cerca de 15.000 meninos de rua e perto de 80 mil vendedores ambulantes.⁸

Infelizmente este quadro não é exclusividade de Salvador. Pesquisa feita em São Paulo mostra que na capital paulista existem 450 mil famílias miseráveis.⁹ De acordo com o Banco Mundial, a América Latina apresentava em 1989, nas cidades, 103.700.000 pobres e 39.400.000 indigentes.¹⁰

Sem dúvida, o modelo adotado para o crescimento da América Latina e de modo específico para o Brasil, tem tornado mais agudos os problemas sociais. O modelo que contempla o uso intensivo de capital, bem como a concentração de renda, o arrocho salarial, o crescimento associado ao capital estrangeiro, tem agravado os problemas habitacionais, educacionais, de saúde, de alimentação, do subemprego e do aumento das necessidades sociais. A violência urbana não pode mais ser escondida e tem se revelado de modo constante nas precárias condições da família urbana. As pressões vindas do campo, onde está a maior concentração de terras do mundo, têm jogado numerosas levadas de agricultores nas periferias urbanas.

O estudo feito em 1975 sobre São Paulo — *Crescimento e miséria* —¹¹, já bastante conhecido, parece válido para todo o país. As favelas da década de 60, próprias das grandes cidades, hoje estão presentes nas cidades médias e até nas cidades de pequeno porte.

A questão, portanto, não é mais o ritmo acelerado de crescimento demográfico, como está suficientemente demonstrado, mas o atual modelo de desenvolvimento que contempla somente uma pequena parcela da população, gerando e agravando os atuais problemas sociais. O crescimento econômico não foi acompanhado das chamadas reformas sociais, ausência refletida diretamente nas periferias urbanas.

DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO

O Brasil viveu o auge da explosão demográfica durante as décadas de 1950 e 1960. A partir dos anos cinquenta começa a intensificar-se o processo de urbanização, que se desenvolve em ritmo muito intenso, impulsionado pelas altas taxas de fecundidade e por fortes migrações inter-regionais e rurais, concentrando grandes massas de população nas regiões metropolitanas.

Apesar da queda do ritmo de crescimento demográfico, as taxas de urbanização nacional mantiveram-se elevadas. Entre as causas deste fenômeno deve-se apontar a incorporação de novas áreas, como o Centro-Oeste brasileiro. No entanto, a ausência de reformas sociais tanto no campo como na cidade tem agravado os problemas destas últimas, expandindo suas mazelas até mesmo para aquelas de pequeno e médio porte.

O crescimento das metrópoles, cada vez maiores, e a dimensão da urbanização estão a merecer uma atenção maior do que têm recebido até hoje. As conseqüências deste quadro deveriam constituir-se em objeto de preocupação dos poderes públicos, uma vez que a questão da explosão demográfica já foi ultrapassada, como os próprios fatos históricos demonstram. A exacerbação dos problemas urbanos está a exigir uma mudança de postura, para atender minimamente às atuais carências e para que sejam dados os primeiros passos rumo a um processo simultâneo de desenvolvimento, industrialização, modernização e urbanização.

ECOTÉCNICAS URBANAS

Ricardo Siloto da Silva^{*}
Horus Magalhães^{**}

A cidade, por sua especificidade de aglomeração, constitui local privilegiado para o desenvolvimento das relações de produção; representa, igualmente, a materialidade das relações sociais e o meio físico onde as mesmas se realizam. Ocorre que a estruturação dos espaços urbanos não se dá sem grandes transformações no ambiente, o que significa efeitos indesejáveis para a qualidade de vida de seus habitantes. A redução possível destes impactos deve ser conduzida a partir da compatibilização entre os ciclos naturais e as técnicas e formas de utilização dos recursos disponíveis. Ou seja, considerando a necessária interação entre a implantação urbana e as condições ecológicas dominantes — clima, topografia, ciclos biogeoquímicos, diversidade biológica.

^{*} Arquiteto, Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

^{**} Engenheiro Civil, Secretário de Obras do município de Assis, São Paulo.

UTOPIA FUNCIONALISTA E CIDADE REAL

O urbanismo modernista representado pelos princípios expressos na Carta de Atenas previa a possibilidade de um controle total sobre a cidade. A utopia funcionalista da época desenvolveu a idéia de cidade como “máquina” passível de controle técnico, o que garantiria um funcionamento perfeito. A cidade aparecia, então, como uma estrutura com crescimento linear, fixo. Daí a concepção de estrutura urbana — elemento básico do planejamento das cidades, do qual decorriam os outros elementos —, que predominou até nossos dias. Esse tipo de concepção entra em contradição com a cidade real. Esta é múltipla, criadora, não segue a lógica das normas, desobedece as leis. A cidade é um espaço de relações sociais plenas de conflitos e contradições extremamente complexas, que ultrapassam as contradições de classe.

Isto traz à tona a questão do papel do Estado, enquanto regulador das intervenções na cidade e, ainda, os limites da intervenção individual em nome de um projeto de convivência coletiva. É tendo em vista esta multifacetariedade do espaço que se pretende trazer à discussão um dos *layers* da complexidade urbana. Trata-se de critérios orientadores para as tecnologias utilizadas na implantação de infraestrutura urbana visando um projeto de crescimento ecologicamente equilibrado.

Nos próximos vinte anos prevê-se que cerca de 80% da população mundial deva estar vivendo em espaço urbano. Mesmo os atuais espaços rurais estão na dependência das cidades. Baseado nas taxas dos anos 90, com crescimento demográfico anual de 2,6%, no ano 2.000 o Brasil terá algo em torno de 135 milhões de habitantes morando em cidades, o que já acontece na Europa, com 80% de seus habitantes. Portanto a população, no seu conjunto, estará vivendo sob o regime dos equipamentos urbanos.

O quadro atual, tanto nos países do Primeiro Mundo como nos do Terceiro Mundo ou do Leste Europeu, mostra

estas concentrações com seríssimos problemas de má qualidade do ar, poluição dos rios, falta de espaço para moradias, alto nível de ruído, entre outros. O povoamento crescente da periferia das grandes cidades, o crescimento do trajeto e do trânsito entre trabalho e moradia, a infra-estrutura defasada e antiquada e a dificuldade de se ter destinos adequados para todos os resíduos gerados, conduzem a uma situação de progressiva degradação ambiental. A poluição do ar nos túneis de Paris, a degradação atmosférica de Atenas, a degeneração dos rios Tietê e Pinheiros em São Paulo, são situações, em diferentes localidades, que exemplificam resultados da produção do ambiente construído pelo homem.

A qualidade de vida está relacionada diretamente com o sistema econômico dominante em cada local. Ele gera as diferenças e distorções no uso e na apropriação do espaço urbano. Porém, independentemente da classe social, do sistema econômico e do elemento promotor, verifica-se que as condições bio-físico-climáticas das regiões urbanizadas e o meio sócio-cultural têm sido pouco considerados na elaboração de projetos urbanos e de infra-estrutura urbana e, também, na implantação e expansão de cidades.

Algumas técnicas e tecnologias utilizadas nos processos de urbanização e na gestão das áreas urbanizadas rompem os ciclos naturais, substituindo seu caráter disperso e de fluxo fechado por concentrações nocivas e por sistemas de fluxo aberto. Com isso fica comprometida a higidez ambiental, com prejuízos de toda ordem para os habitantes dessas regiões. Contribuem para esta situação crítica:

- a impermeabilização da maior parte da superfície das áreas urbanas;
- a implantação equivocada da malha urbana em desrespeito às características topo-pedológicas locais;
- a solução centralizada para os esgotos sanitários e para as águas pluviais;
- a elevação do albedo nas áreas construídas ou pavimentadas;

-
- a operação de sistemas em regime de fluxo aberto (por exemplo, lixo não reciclado, efluentes industriais e esgoto não reaproveitados);
 - a utilização de combustíveis não renováveis, poluentes e esgotáveis;
 - a utilização da atmosfera, das águas e do solo como destino de resíduos não tratados e,
 - a insuficiência de vegetação, entre outros.

As cidades se aquecem, formando ilhas de calor, sofrem enchentes, erosões e racionamentos de água e energia, têm a atmosfera, o solo e as águas superficiais e profundas poluídas pelos dejetos e resíduos e assistem ao esgotamento de seus recursos naturais. O nível da qualidade de vida se reduz drasticamente, à medida em que se consolida a implantação do tecido urbano convencional, com elevado impacto ambiental. Trata-se, então, de repensar as formas como as cidades são implantadas, construídas e resolvidas. Faz-se necessário superar em todos os níveis a dicotomia homem / meio ambiente, sob o risco do comprometimento da sobrevivência ou, no mínimo, da qualidade da sobrevivência do homem no planeta.

URBANIZAÇÃO DE REDUZIDO IMPACTO AMBIENTAL

As atividades humanas, na práxis dominante, têm interferido negativamente nos ciclos naturais. Enquanto estes ocorrem em regime de fluxo fechado com caráter disperso e baseados na utilização de recursos renováveis, a grande maioria das atividades do homem se exerce em regime de fluxo aberto, com caráter centralizado e baseada no uso de recursos não renováveis.

Como um dos instrumentos para a adequação dos assentamentos humanos ao meio ambiente, propõe-se o emprego das ecotécnicas, ou seja, técnicas harmonizadas aos fluxos naturais.

Os fluxos naturais, como o ciclo da água, da energia, do carbono, do oxigênio apresentam caráter cíclico e fechado sem sobras e rejeitos. Em contraposição, no regime de fluxo aberto dos sistemas humanos, na maioria das vezes, o solo, as águas e a atmosfera se constituem no destino final de resíduos, os quais, sob a ótica do regime de fluxo fechado, seriam tratados como recursos e integrariam os ciclos funcionais. Portanto, na maioria das vezes, a poluição não passa de recurso fora de lugar, não utilizado.

Outra característica importante dos sistemas naturais é a sua natureza dispersa, ou seja, a sua ocorrência em infinitas frentes complementares, em oposição ao caráter centralizador das atividades humanas. As soluções centralizadas propõem obter, através dos ganhos de escala, o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais; no entanto, via de regra, intensificam os impactos ambientais, enquanto os altos custos de implantação e de administração corroem a economia de escala. Se forem computados os custos ambientais, resultam inviáveis.

O uso de recursos não renováveis, tais como os combustíveis fósseis, além da sua esgotabilidade, reintroduz na atmosfera o carbono fóssil — dela retirado há milhões de anos, polui a atmosfera, provocando modificações em sua composição com efeitos desconhecidos sobre o clima planetário. Além disso, o emprego indiscriminado dos combustíveis fósseis, seja em máquinas ou veículos e, especialmente, na geração de calor para diversos fins, é pouco eficaz e muito poluente. Sua utilização é hoje sustentável pelo baixo valor que o mercado lhes atribui, não sendo computados os custos de sua “fabricação”. Em muitos casos, sua substituição pela energia solar é muito vantajosa. Em outros casos, a energia eólica apresenta boa economicidade. Em outros, ainda, a energia da biomassa pode se apresentar como alternativa viável.

As ecotécnicas se constituem no embasamento infra-estrutural da compatibilização da cidade ao ambiente, minimizando o impacto das intervenções necessárias. Muitas delas são conhecidas e empregadas há milênios. Muitas há por conhecer, desenvolver e aperfeiçoar.

APLICAÇÃO DE ECOTÉCNICAS NOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Águas pluviais

O comportamento de uma área pavimentada, impermeável, com elevada capacidade de absorção e armazenamento de calor é diametralmente oposto ao daquele da mesma área coberta por vegetação, permeável, porosa e com albedo reduzido. Nesta, a água de chuva se infiltra no solo com um deflúvio superficial próximo de zero; a radiação solar incidente, ao invés de ser convertida em calor, é transformada em energia química, através da fotossíntese, ou em vapor d'água, através da evapotranspiração.

Quando se substituem superfícies vegetadas por superfícies de concreto, asfalto, alvenaria, cerâmica, amianto, plástico ou metais, alterações importantes são introduzidas no ciclo hídrico local e nas temperaturas, o que, por sua vez, terá reflexos no grau de umidade atmosférica, na vegetação e na fauna. A redução do impacto ambiental oriundo das superfícies impermeáveis e de albedo elevado pode ser conseguida, pela máxima utilização de vegetação e de pavimentos porosos (por exemplo, solo-cimento, blocos de concreto, pedra) e pela utilização de sistema de infiltração intensiva ao longo da malha urbana, baseados em baterias de poços absorventes.

Convenientemente espaçados e dotados de dispositivos de proteção para se evitar o assoreamento dos poços, esta solução tem custos de implantação da ordem de 25% daquele das galerias, com a vantagem de restabelecer a recarga dos aquíferos e reduzir os picos de cheia dos cursos d'água drenantes. Na verdade, não são os rios que inundam os campos e as cidades após chuvas pesadas: os campos desprotegidos e as cidades impermeáveis inundam os rios, na medida em que as águas de chuva não são retidas e

infiltradas nas vertentes das bacias e liberadas para os cursos d'água, como ocorre nos sistemas naturais íntegros.

Nas cidades onde houver escassez de recursos hídricos, ou onde o clima for muito seco, a retenção das águas pluviais em lagoas de acumulação pode complementar o abastecimento de água, além de melhorar sensivelmente o grau de umidade do ambiente urbano.

Resíduos líquidos domiciliares

A solução convencional mais avançada para os esgotos sanitários consiste na combinação de redes coletoras, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto e lançamento do efluente tratado nos corpos receptores. Nas cidades do Terceiro Mundo, os sistemas de esgotamento sanitário se reduzem às fossas negras ou, quando muito, às redes coletoras e às estações elevatórias, sendo os esgotos, via de regra, despejados *in natura* nos corpos d'água. O custo do esgotamento sanitário no sistema convencional torna-se proibitivo, devido à solução centralizada, ao elevado consumo energético e ao excessivo impacto ambiental.

Neste sentido, uma solução mais adequada seria constituída por estações de bairro para o tratamento de esgotos em escala condominial. De acordo com as peculiaridades locais, as estações podem ser biodigestoras, com aproveitamento do gás produzido ou, mais simplesmente, tanques sépticos de alta capacidade e eficiência, exigindo reduzida manutenção. Os efluentes tratados podem ser infiltrados no próprio local ou lançados na rede coletora, se existente.

Resíduos sólidos

Na grande maioria das cidades do Terceiro Mundo, a disposição do lixo se faz apenas por despejo em áreas críti-

cas, os chamados “lixões”. Quando existentes, as soluções clássicas aplicadas na disposição do lixo consistem quer na utilização dos aterros sanitários, quer na incineração, com aproveitamento ou não de energia, quer em estações de reciclagem do lixo.

Os aterros sanitários retiram os resíduos do ambiente vital sem reaproveitamento. Muitas vezes são adotados em função de seu baixo custo, eficiência sanitária e facilidade operacional. No entanto, retiram definitivamente do consumo humano materiais e recursos nobres (plásticos, metais, papel, vidros e matéria orgânica), contribuindo para o esgotamento dos recursos naturais. Se executados incorretamente podem poluir as águas subterrâneas. É uma solução com caráter de fluxo aberto.

A incineração é condenável, pois, além da poluição atmosférica que acarreta, não permite o aproveitamento dos recursos nobres. A queima de lixo é tolerável apenas com relação a resíduos hospitalares ou perigosos, em razão dos riscos na sua manipulação ou disposição.

A reeducação no consumo, com a conseqüente diminuição do lixo e maior oferta de alimentos, combinada com a coleta seletiva e com a estação de compostagem, apresentam-se como solução adequada para o destino final dos resíduos sólidos domiciliares.

Abastecimento de água

Ao abastecimento de água é aplicável o princípio de utilização de soluções com caráter disperso, limitado apenas pelas características dos recursos hídricos disponíveis. A utilização de fontes locais de abastecimento de água é preferível em todos os sentidos, em detrimento do fornecimento através de estações centralizadas de tratamento d'água. Isso porque a utilização de poços semi-profundos disseminados, onde existem aquíferos subterrâneos, resulta em custos muito inferiores aos das soluções com tratamento centralizado de águas superficiais.

A mesma realidade se repete em relação aos sistemas de armazenamento de água: as reservas realizadas através de caixas domésticas ou em nível de quarteirões, apresentam menores custos por unidade de volume armazenado do que o armazenamento feito em reservatórios públicos.

Paisagismo

O paisagismo urbano pode ser um importante fator de amenização do ambiente urbano, se a presença de vegetação adequada for intensa e dispersa. Muitas funções são desempenhadas pela flora num ecossistema urbano:

- diminuição do albedo global das regiões edificadas, com reflexos no micro-clima local, reduzindo as amplitudes da variação da temperatura e do grau de umidade;
- aumento da capacidade de infiltração de águas pluviais nas áreas vegetadas;
- purificação e oxigenação do ambiente urbano;
- absorção dos ruídos produzidos por veículos e outras fontes sonoras;
- fornecimento de alimento;
- enriquecimento estético da paisagem urbana;
- aumento da diversidade florística e faunística das regiões urbanizadas.

A “camuflagem verde” das áreas urbanizadas garante a integração dos espaços habitados às regiões circunvizinhas. Possibilita a continuidade da trama biológica e das características climáticas e ambientais. Desta forma, são evitadas as já mencionadas ilhas de calor, os desertos biológicos e o desconforto ambiental que caracterizam as cidades sem proteção vegetal adequada.

PELA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO URBANO

Urge liberar-se da idéia de progresso como algo inextinguível e positivo em si. O desenvolvimento tem que ser pensado conjuntamente com o meio ambiente, como parte do mesmo, e com a melhoria da qualidade de vida da população.

A complexidade da construção do espaço urbano exige um gerenciamento, entendido como processo e não como produto, que tenha como protagonista a maioria de seus cidadãos: Uma gestão democrática e eficiente deve contemplar a participação das classes populares, em geral, excluídas enquanto interlocutores desse processo.

O estado avançado da degradação ambiental na maioria das regiões urbanizadas e, em maior grau, nas do Terceiro Mundo, não pode justificar o não enfrentamento do problema. O caráter acumulativo dos danos ambientais exige, o quanto antes, um tratamento prioritário. Isto traz uma responsabilidade não apenas política mas também ética aos cidadãos e, em especial, aos urbanistas.

A propositura do emprego de ecotécnicas pode contribuir para que o desenvolvimento urbano possa se dar através de uma interação harmônica entre homens e meio ambiente, gerando espaços com maior conforto ambiental, adaptados às características bio-climáticas e topo-pedológicas locais.

Os custos futuros da omissão, no presente, são de difícil quantificação, apesar de evidentes. Afinal de contas, estão em questão o ambiente vital e os recursos imprescindíveis à existência humana.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CASTEX, J. et. alii. *Formes urbaines: de l'ilot à la barre*. Paris : Dunod, 1977.

CENTRE SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE DU BÂTIMENT. *Temperatures maximales atteintes au soleil per les parois de construction*. Paris, 1964.

DARROW, Ken et alii. *Appropriate technology sourcebook*. Vol. 1 e 2, Stanford : V.A. Press, 1980/1982.

GIOVONI, B. *Man, climate and architecture*. London : Applied Science, 1976.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

JEQUIER, Nicolas. *Appropriate technology*. Stanford : U.P. Press, 1982.

LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles*. São Paulo : Hucitec, 1985.

PRIMAVESI, Ana. *O manejo ecológico do solo*. São Paulo : Livraria Nobel, 1981.

A CIDADE E A (RE)CRIAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA

Helena Copetti Callai*

A cidade, símbolo da civilização moderna, reproduz o avançado estágio de artificialização das relações entre o homem e a natureza. A degradação do meio natural, um dos produtos deste distanciamento, revela a forma de apropriação e de dominação da natureza desenvolvida pela sociedade. Assim, é nas relações sociais e na possibilidade de transformação das mesmas, que repousam as alternativas para a resolução deste impasse contemporâneo. O que se deseja é o planejamento e a organização do espaço, de modo a garantir a qualidade de vida de toda a população, aliás, pressuposto da constituição das cidades.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Ijuí, Rio Grande do Sul.

A história da natureza e a história do homem relacionam-se a escalas de análise diversas, com diferentes dimensões de tempo. Embora seja um pequeno ponto dentro da escala da natureza, a história do homem e de sua busca pela sobrevivência através do trabalho determina profundas mudanças na ordem de relações que se estabelecem entre ele e a natureza, passando-se da integração e da cooperação para a dominação e a subordinação. O homem, com a consciência de que pode alterar o seu espaço, tende a se diferenciar dos outros animais. Quebra-se, pois, a harmonia; homem e natureza se distanciam; de fora da natureza o homem passa a agir sobre ela.

Esta ruptura reflete-se no plano teórico-metodológico e, em consequência, na forma de análise das relações entre homem (sociedade) e natureza, as quais assumem um caráter histórico e social e não mais natural. Por isto a compreensão destes conceitos modifica-se ao longo da história e a expressão destas relações não resulta apenas de forças da natureza, mas, principalmente, do condicionamento destas forças à forma de apropriação a que estão submetidas.

No cenário contemporâneo, a natureza tem que ser vista como aquilo que a civilização criou, considerando-se o atual estágio de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de entendê-la dentro de um processo de evolução das sociedades, como algo recriado pelas necessidades sociais.

Ao construir o seu espaço, o ser humano torna-o cada vez mais adequado às suas exigências (que também se renovam constantemente). Os avanços da ciência e da tecnologia postos a serviço da produção e do bem estar social, permitem o surgimento de concentrações populacionais, oriundas da liberação de mão-de-obra do campo. Estas concentrações tendem a ampliar-se até atingirem o seu ponto máximo com a criação da cidade. Na perspectiva espacial, a cidade é a produção mais acabada do homem, onde a população vive aglomerada e onde tudo é mais intenso, mais complexo. A natureza é substituída e/ou recriada, não sendo, portanto, percebida como natural.

*O espaço do homem (...) vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas com agravo à saúde física e mental das populações. Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil.*¹

¹ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo : Hucitec, 1988. p.42.

Todavia, dentro da cidade, esta relação não se mantém igual. Ocorre uma diferenciação no tempo e também no espaço. No tempo há que se considerar as diferenças da cidade, as relações que ocorrem entre os homens no seu interior, os motivos desta relação e as situações históricas nos diversos momentos.

A cidade antiga, por exemplo, não servia à produção, mas à proteção, como atestam os seus muros, as suas fortificações. Até a Idade Média funcionava também como lugar administrativo, porém, ao tornar-se um centro de produção, amplia-se e intensifica-se a divisão do trabalho. Então, o espaço passa a ser construído, recriado, de acordo com as necessidades da sociedade em seu processo produtivo.

*Mas o espaço é criado a imagem de quem? Na cidade antiga, a organização do espaço foi criação simbólica de uma suposta ordem cósmica. Ela teve um propósito ideológico. O espaço criado na sociedade moderna tem um propósito ideológico equivalente. Em parte ela reflete a ideologia prevalecente dos grupos e instituições dominantes na sociedade. Em parte, ela é moldada pela dinâmica das forças de mercado que podem, facilmente, produzir os resultados que ninguém em particular deseja. Além disso, o espaço criado é parte integral de um intrincado processo indicativo que dá direção e significado à vida diária dentro da cultura urbana.*²

² HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo : Hucitec, 1980. p. 267-268.

O homem apropria-se da natureza construindo um novo espaço, a cidade, que representa uma nova forma de viver. Como princípio geral, o espaço é para todos, logo, a cidade abrigaria todas as populações. Na realidade, este processo é extremamente seletivo. Por isto, é importante entender a cidade ao longo da história, no contexto da urbanização/industrialização. Se durante doze séculos, contados a partir do século VI até o final do século XVIII, a população da Europa nunca ultrapassou 180 milhões de habitantes, de 1800 a 1914 elevou-se a 460 milhões.

*Em três gerações deu-se o advento das massas. A multidão sucedeu-se aos grupos, tendo triplicado o volume; as populações dos grupos locais disseminados nas regiões, em vez de organizarem-se ou migrarem em novos grupos isolados, em escala humana, concentram-se em aglomerações monstruosas a serviço da grande indústria. É o fenômeno do "repleto". Tudo está repleto. Nada é suficientemente grande para conter as multidões: nem as cidades, nem os edifícios, nem os lugares.*³

³ BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Campinas : Papirus, 1990. p.7.

A relação homem-natureza altera-se, agora em função das novas necessidades impostas pela cidade, ou melhor, pelas populações aglomeradas, que exigem a satisfação de suas necessidades sociais.⁴

⁴ Sem querer avançar nestas questões há a considerar na preocupação com a natureza a produção de um novo tipo de espaço (áreas de preservação, parques) onde a presença do homem é interdita. A este respeito é interessante o estudo de VIARD, Jean. *Les tiers espace, essai sur la nature*. Paris : Méridiens Klincksieck, 1990.

A intensidade de uso e de transformação da natureza tem diferenças significativas de acordo com o tamanho das cidades. Nas cidades pioneiras, quando do início da urbanização, e mesmo atualmente, nas cidades pequenas, esta relação é menos traumática do que numa cidade grande.⁵ Naquelas, a ínfima diferença entre zona urbana e zona rural, bem como a nascente urbanização, fazem com que a divisão do trabalho seja menos complexa e a diferenciação social se manifeste de forma menos expressiva. O uso da tecnologia não é intenso, o espaço ocupado pela população concentrada ainda é restrito e com ocupação dispersa. Por isto os impactos ambientais são menores.

⁵ Não é o caso de se considerar uma dualidade no espaço entre áreas mais ou menos urbanizadas. Atualmente todo o espaço, urbano ou não, se beneficia dos progressos científicos e tecnológicos. Mas não há como desconhecer que existem áreas em que a relação do homem com a natureza é mais natural: que a cidade pequena é mais natural, menos artificial que a metrópole. Assim como áreas de campo também apresentam diferenciação entre si nesta relação.

Nas grandes aglomerações, ao contrário, tudo é mais acentuado e aparente. A cidade pode crescer, a população pode ocupar todos os espaços disponíveis. Interessa que isso seja feito. A sociedade tem condições de dominar a natureza, de impor-se para criar o espaço de que precisa. Registra-se uma substituição dos elementos da natureza pela tecnologia e a crescente degradação do meio só pode ser atenuada ou revertida com o investimento de muitos recursos.

Assim, as questões referentes aos sítios urbanos, à infra-estrutura, à organização espacial, à população e ao seu trabalho, além da contextualização nas diferentes escalas de espaço e de poder político (região, estado, país) são fundamentais à análise da cidade. Em qualquer destes níveis é imprescindível levar em conta a natureza.

As bases física e natural em que se assenta a cidade — o sítio urbano — apresentam características que são próprias do lugar. Importa considerar o tipo de relevo — as vertentes, as depressões, os vales, os córregos, as nascentes, as áreas verdes, as áreas com riscos de movimentação, as áreas sujeitas à inundação. A partir destas bases territoriais há que se considerar a apropriação da natureza pela cidade, através da forma de organização da sociedade. São os desmatamentos ao longo dos rios, riachos e nascentes, os desvios do curso de córregos, a eliminação das áreas verdes pelas construções, a industrialização e seus poluentes, os depósitos de lixo. É o próprio adensamento populacional que, ao construir as suas habitações, destrói a natureza. A organização/distribuição espacial da população não se dá com os cuidados necessários de respeito à natureza e às suas leis, mas com grandes impactos no meio natural.

O desenvolvimento, a par dos avanços econômicos e sociais que permitiu, trouxe consigo uma série de problemas, para os quais são urgentes as soluções. A predação da natureza acentuou-se de tal forma que os problemas se avolumam transformando-se em ameaças para a humanidade. Mas, paralelamente, ocorreu um avanço no conhecimento da natureza que gerou uma consciência social,

coletiva, de que é necessário mudar esta forma de relação. É mais do que isto, de que é preciso planejar a organização do espaço no sentido de garantir a qualidade da vida e não apenas os ganhos econômicos.

Se imaginássemos, no entanto, o início da urbanização de uma grande cidade do Brasil, com certeza encontraríamos muitas das características das pequenas cidades atuais. Conforme Seabra, São Paulo, por exemplo, no final do século XIX, começa a se apresentar mais claramente como local de vida propriamente urbano, como lugar a partir do qual se define uma unidade de vida social que integra e opõe o rural ao urbano. Já em 1890, a cidade possuía um núcleo imponente. É nesse momento que São Paulo, mais do que antes, mostra a diversificação do trabalho humano em construção e começa a se expandir em direção a antigos aldeamentos indígenas. Nestes núcleos, a economia indígena gerava excedentes que passavam a abastecer a cidade. Com o tempo, caipiras do entorno da cidade e migrantes transformaram estes aldeamentos em mercados. Como se pode notar, poucas vezes uma cidade teve tanto espaço para se expandir como esta e, no entretanto, São Paulo não se expandiu devido aos transportes precários: os bondes ainda eram puxados por burros e o entorno da cidade era plantado com capim de estrebaria para alimentar os animais.⁶

⁶ SEABRA, Odete Carvalho de Lima. São Paulo: da cidade à metrópole. In: *O Ensino da Cidade de São Paulo*. São Paulo : AGB, sd. p. 17-18.

Por certo, existem atualmente cidades que lembram São Paulo do final do século passado. Além disso, em cidades grandes, nas áreas de periferia, verificam-se situações semelhantes. É uma relação de quase subordinação do homem, do seu trabalho, da sua localização, da sua mobilidade no espaço, à natureza.

Nas cidades de pequeno porte, o homem, embora urbano, ainda mantém uma relação muito direta com a natureza. Cultiva o que precisa para a sua alimentação, dispõe de grandes áreas verdes e de animais no quintal. A ocupação horizontal com a construção de casas térreas produz uma paisagem que evidencia disponibilidade de espaço e possibilidade de manutenção de áreas verdes através de jardins, hortas, pomares e, até, certas porções de mata nativa. O es-

paço natural, com áreas verdes, convive com o espaço urbano ou em processo de urbanização.

Na cidade pequena, o meio natural é muito importante, impositivo até, com a quase total subordinação às condições climáticas, às fases da lua, à luz do sol. A saúde e a doença, a vida e a morte têm ligações muito estreitas com a natureza. São os chás, os remédios de plantas, as compressas, os benzimentos, os cuidados com a lua no trato tanto da saúde quanto das plantas e dos animais, o curandeirismo. A lenha é retirada da mata próxima, às vezes do próprio terreno. Raramente é comprada. Enfim, são inúmeras as manifestações da forte influência do meio natural sobre o homem da cidade pouco industrializada e urbanizada.

Nas cidades com processo de urbanização mais desenvolvido, onde o acesso à tecnologia é facilitado, o meio natural, ao contrário, não é significativo. Há, porém, uma relação contraditória: numa preocupação de se ligar com a natureza, já que o seu vínculo natural foi rompido, os homens criam os mais diversos modismos ecológicos. Recriam o verde construindo uma segunda natureza. E o fazem de forma romantizada, com uma volta às origens, através da busca de “produtos coloniais” ou de cantos de louvor ao que é natural. Isto não deixa de ser outra forma urbano-industrial de recriação da natureza, assim como os condomínios fechados, longe do “ar da cidade”, onde se busca uma vida natural, mais saudável, mais “feliz”.

É também na cidade grande, cheia de problemas, onde as ações humanas são mais agressivas à natureza, que surgem as maiores preocupações com a ecologia. Trata-se da expressão de que a forma de apropriação e de transformação da natureza é responsável pelos problemas ambientais. A consciência social surge, então, onde os problemas são mais graves, não se restringindo, porém, a estes lugares. Passa a existir, também, onde os problemas ainda não são expressivos. Na realidade, expande-se a consciência ecológica e com ela os movimentos exóticos (e até absurdos) em defesa da natureza. Estes assumem características diversas

que vão desde a volta romântica ao passado até a superação do capitalismo como sistema de produção; ou, desde a negação dos avanços científico-tecnológicos até a busca de propostas alternativas para a sobrevivência da humanidade.

Na cidades de grande porte, industrializadas, aparentemente o homem não depende da natureza. A sua alimentação é comprada pronta ou semi-preparada. As áreas verdes são raras e existem sob forma de parques, praças, ajardinamentos. Cria-se um espaço novo, um meio geográfico artificial.

*As mudanças são quantitativas mas também são qualitativas. Se até mesmo no início dos tempos modernos as cidades contavam com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.*⁷

⁷ SANTOS, Milton. Op. cit., p.42.

Os mitos e crenças são também diferentes, recriados através de símbolos urbanos. Os remédios são de farmácia, a noite substitui o dia sem que se possa perceber, uma vez que as luzes e o movimento constante não o permitem. A natureza e sua lógica nada têm a ver com o que acontece ali.

Contudo, esta relação não é tão excludente. Há aquilo que, na linguagem popular, muitos dizem ser a vingança da natureza. Engels já se referia a isto:

*Não nos lisonjeemos demais pela nossa vitória sobre a natureza. A natureza vingá-se de cada vitória nossa. De fato cada vitória possui, em primeira instância, as conseqüências que tínhamos desejado; mas em segunda e terceira instância possui efeitos totalmente diversos, imprevistos, que muito amiúde anulam, por sua vez, as primeiras conseqüências.*⁸

⁸ ENGELS, Friedrich. *Dialettica della natura*. Roma : Rinascita, 1955. p. 172.

Os rios e riachos que corriam naturalmente, por exigência do crescimento urbano/demográfico são desviados de seus cursos, canalizados e capeados; são, também, depósitos de lixo e locais de concentração de poluição com sólidos, insetos, odores etc. Ocorrem alterações hidrodinâmicas nas vertentes, enquanto a impermeabilização de superfícies pelas massas de asfalto reduzem a infiltração da água do escoamento superficial. A vazão se concentra nos vales ou vai direto aos córregos que, por sua vez, têm as vertentes alteradas por construções de estradas, por calçadas, por cultivos até os limites ou por falta de vegetação adequada nas margens. Há mudanças no clima local e, quando ocorrem grandes enxurradas, a vazão excepcional sempre traz conseqüências mais ou menos trágicas.

O lixo que se avoluma nas áreas de grande concentração da população transforma-se em outro problema com conseqüências inesperadas.

A crescente concentração urbana produzida pela revolução industrial altera o intercâmbio orgânico entre homem e natureza (estabelecido nas sociedades precedentes pelas circunstâncias da espontaneidade natural), impedindo principalmente a volta à terra dos resíduos da produção e do consumo que poderiam reconstruir a fertilidade. (...) As contradições ecológicas (...) se manifestam também e principalmente no ambiente urbano em conseqüência direta da industrialização (...) a ponto de alguns ecólogos e geógrafos (...) falarem da nossa época como de uma idade não do aço ou do petróleo ou da energia atômica, mas do refugo e do lixo.⁹

⁹ QUAINI, Máximo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. p. 131, 142.

Embora assustador, o problema do lixo não é o único e talvez nem o mais grave, mas é, sem dúvida, um problema muito sério. O desgaste de tudo o que se usa, a indiscriminação com que se destrói ou se constrói o espaço geram como que um desprezo pela natureza. Não existe a idéia de respeito, mas do interesse em adaptá-la àquilo que assegurará o desenvolvimento.

A expansão urbana ocasiona problemas por si só; quando ela é dirigida pelos interesses imobiliários mais do que pelos cuidados com a vida e com a população, os efeitos são devastadores. A sociedade desenvolve uma relação de apropriação/dominação da natureza, destruindo a sua característica de bem público para adequá-la à lógica da acumulação privada. Um bom exemplo é a questão imobiliária, onde a ampliação da área urbana, estendendo o perímetro urbano com o objetivo de constituir novos loteamentos e de valorização dos terrenos, eleva consideravelmente o custo social da instalação da infra-estrutura necessária e traz como resultado grande prejuízo à qualidade de vida da maioria da população.

O desconhecimento da geografia local, das condições naturais e dos movimentos da natureza, aliado à falta de planejamento cuidadoso da urbanização, de modo a evitar futuros problemas, produz uma situação complicada. Consolida-se uma relação de desconhecimento/desinteresse pela natureza e sua lógica; verifica-se um domínio do meio natural pela arquitetura, pelo concreto, e uma subordinação aos “azares da natureza”, quando já não há mais o que fazer. Então, a resposta da natureza, por vezes, é violenta.

Os “azares ambientais” e as “catástrofes naturais” são tão maiores quanto menores os cuidados iniciais no trato da natureza.¹⁰ Na verdade, eles resultam principalmente do processo de ocupação marcado pelo acesso diferenciado ao espaço, e não apenas das causas naturais. Por ocasião de fortes chuvas, assim como de longos períodos de estiagem, os problemas aparecem rapidamente, em especial nas áreas menos nobres. As populações mais pobres não conseguem dar conta dos cuidados com a natureza, fixam-se nas áreas mais vulneráveis, em encostas, áreas alagadiças, terrenos frágeis do ponto de vista físico, fazem uso intensivo do solo e das matas, e os “azares” as submetem com violência.

Em síntese, a urbanização é um fenômeno que toma conta de todo o espaço disponível. Com os avanços da tecnologia e das pesquisas científicas na área de produção

¹⁰ Estes termos querem indicar que ocorrem fenômenos da natureza que submetem as populações e que são “naturais” (da vontade divina?) ou, considerando que a natureza é neutra e externa ao homem, que as populações são vulneráveis aos seus efeitos. Na realidade os “azares ambientais e catástrofes naturais” são resultados da forma de apropriação da natureza no processo de ocupação e de ampliação indiscriminada do espaço utilizado; a forma com que atingem as populações é decorrente do acesso diferenciado à terra, à habitação.

agropecuária, novos contingentes de mão-de-obra do campo são liberados para as cidades. A tendência, nos moldes de vida que vigoram atualmente, é que as aglomerações sejam cada vez maiores, e que a exploração do espaço e da natureza seja cada vez mais intensa. Caminhamos, não há dúvida, em busca de alternativas para os problemas que estamos criando. Não é o caso de se querer voltar a um passado em que a relação do homem com a natureza era menos agressiva. Longe de ser natural, esta relação é de ordem histórico-social. Num contexto em que o mundo se transforma rapidamente, os homens devem avançar no sentido do estabelecimento de novas relações entre si e com a natureza.

A POESIA COSMOPAULISTANA DE MÁRIO DE ANDRADE

Pedro Brum Santos*

O primeiro livro do Modernismo brasileiro — Paulicéia Desvairada de Mário de Andrade —, lançado em 1922, compõem-se de uma série de poemas escritos dois anos antes e de um “Prefácio Interessantíssimo”, datado de dezembro de 1921. Paulicéia Desvairada representa para os brasileiros a incorporação do urbano como o espaço preferencial na referência do poema. A par da alusão urbana, a lírica da década de 20, que inaugura a produção modernista, também se defronta com a problemática da identidade nacional. Este tema é aprofundado e ampliado pelos modernos, que buscam desdobramentos da tensão dialética entre o dado local e os moldes herdados da tradição européia. A criação de Mário de Andrade, em verdade, é uma síntese das diversas tendências do Modernismo, nas dimensões estéticas e ideológicas. O intercâmbio entre elas constitui o diálogo do autor consigo mesmo e com o Brasil.

* Professor do Departamento de Letras da Faculdade Imaculada Conceição, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A poesia de Mário de Andrade afirma-se em consonância com a filosofia modernista, consubstanciada pelo próprio autor em torno de três postulados básicos: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional. Do ponto de vista formal, seus poemas são marcados por jogos de aliterações e assonâncias, pela variação de pessoa do sujeito poético (às vezes dentro de um mesmo poema), pela quebra do encadeamento lógico a partir do emprego da justaposição de orações e expressões de um nexos precário ou de nexos nenhuns, através do apelo a recursos e formas musicais, pela utilização da paródia, da ironia, e pelo constante reaproveitamento de imagens. Ainda de acordo com os postulados modernistas, Mário de Andrade propõe a refusão de princípios da vanguarda européia em face da realidade individual-nacional, que busca caracterizar poeticamente. Surge daí, uma poesia sob o signo da ambigüidade, da destruição/construção, refletindo no nível significativo uma divisão entre a remontagem do passado e a consciência do presente.

Uma das preocupações constantes do criador de *Macunaíma* é a de tornar sua obra representativa da nacionalidade e, ao mesmo tempo, útil à sociedade. Na confluência desses vetores, surge uma lírica cuja temática gira em torno de elementos como a descrença, a desesperança, as relações afetivas, a irrealização e as antíteses variadas (o prenúncio x o engodo do novo; a missão x a divisão do poeta; a consciência política x a precariedade da situação histórico-social). Nas referências, nenhuma supera o espaço urbano de São Paulo, representado em momentos diversos, da visão da rua e da paisagem à consumação da natureza e das coisas como objetos de desejo erótico. Esta imagem privilegiada confirma-se, de modo definitivo, nos trabalhos pólos de Mário de Andrade, cujos títulos são evocativos: *Paulicéia desvairada* (1922) e *Lira paulistana* (1945).

Paulicéia desvairada, além do inusitado “Prefácio interessantíssimo”, onde o autor afirma princípios sobre a criação e forma artísticas, apresenta uma inquietante dedi-

catória inicial. Trata-se de uma autohomenagem que soa como misto de brincadeira e reconhecimento da própria evolução pessoal. Seguem-se os vinte e dois poemas que alternam versos livres com decassílabos e alexandrinos e apresentam uma forte marca de princípios musicais, nas odes, nas paisagens (um, dois, três e quatro) e na construção final, “As enfiaturas do Ipiranga”, classificada como oratório profano e armada com trechos que se pretendem andamentos melódicos. O conjunto de poemas, todos intitulados, lança premissas que serão desdobradas em obras posteriores como o simultaneísmo, a elipse, a valorização do cotidiano e a subversão dos temas tradicionais.

Lira paulistana, por outro lado, compõe-se de vinte e nove poemas. As construções não possuem títulos, à exceção de “Meditação sobre o Tietê”, que também é o mais longo (330 versos) e o único datado (30 de novembro de 44 a 12 de fevereiro de 45). Em todo o livro, há uma constante ocorrência de versos curtos, de três e quatro sílabas. Morto a 25 de fevereiro de 1945, depois de ter entregue a obra à editora, o poeta não sobreviveu para vê-la publicada. Antonio Candido considera-a como uma síntese de sua construção, reveladora do criador maduro, capaz de “fundir, num movimento único, a pesquisa da sua alma e a pesquisa do seu país”.¹

¹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo : Nacional, 1985. p.85.

A paulicéia, que ambienta as duas produções citadas e que lhes empresta os títulos, ligando-se, respectivamente, ao desvairismo inaugural vanguardista e à conotação musical e popular da maturidade, afirma-se como a matriz da trajetória do autor. Mário de Andrade, entre a hostilidade familiar à carreira poética, breves estadas no Rio de Janeiro, umas poucas viagens litorâneas e as reuniões com os modernistas, nos salões aristocráticos de São Paulo, acompanhou as grandes transformações nacionais do início do século. Enquanto se envolvia com a literatura e a vida nacional, enfrentando uma saúde debilitada e uma proverbial abertura financeira, o Brasil experimentava a crise dos anos vinte, a revolução e a ascensão da burguesia dos anos trinta, tornando o estado mais intervencionista e centraliza-

dor e representando objetivamente as necessidades de reordenamento geral do capitalismo, e, por fim, o abrandamento do Estado Novo, a partir de 1942. Muito ligado à terra em que nasceu, o poeta presenciou a transformação urbana de São Paulo desde o início do século, até chegar, depois dos anos 30, ao clima de cidade grande, onde, no coletivo da rua, o traço de desumanidade, de solidão e miséria tomava feição rapidamente. Tudo isso regado pelas manifestações operárias e comunistas anti-Vargas e pela infatigável presença dos militares na cena política.

“Inspiração”, o poema inicial de *Paulicéia desvairada*, afirma a relação entre o poeta e a cidade e, a respeito desta, traça alguns dos sentidos que serão retomados em construções posteriores. O título justifica São Paulo como um estímulo ao pensamento e à atividade criadora e é seguido de epígrafe: “Onde até na força do verão havia tempestades de ventos e frios de cruelíssimo inverno” (p.83).² A alusão ao clima é o reconhecimento da força da natureza e de uma ordem primordial, regra que também se manifesta pela citação do nome do autor da nota epigráfica, Frei Luis de Sousa, escritor português renascentista.

A primeira estrofe, de sete versos, inicia com uma declaração patética de reverência: “São Paulo! comoção de minha vida...” (p.83). Os cinco versos subseqüentes são de definições, a começar pela referência às cores e formas geométricas: “Arlequinal!... Trajes de losangos... Cinza e ouro...” (p.83). Seguem-se o jogo de contrários, com a retomada da situação climática: “Luz e bruma... Forno e inverno morno...” (p.83); o tom bem comportado dos costumes: “Elegâncias sutis, sem escândalos, sem ciúmes...” (p.83) e a indefectível ironia em relação ao choque entre o cosmopolitismo e o provincianismo:

Perfumes de Paris... Arys!
Bofetadas líricas no Trianon... Algodoad!...
(p.83).

Por fim, a construção encerra-se num dístico que reforça a declaração de abertura e, numa alusão ao francesis-

² As citações das poesias são retiradas de: ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléia Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1987.

mo, faz a aproximação com Paris, pela evidente noção de metrópole que o sujeito poético aspira para sua cidade:

*São Paulo! comoção de minha vida...
Galicismo a berrar nos desertos da América
(p.83).*

A citação de um escritor renascentista e as antíteses expressas em relação a São Paulo, classificada no meio tom entre a grandeza e a baixeza, entre o novo e o velho, constituem-se nas forças emergentes deste poema de abertura de *Paulicéia desvairada*. O mesmo brilho cosmopolita entra em contradição com uma história de pilhação e derrotas, mais adiante, no poema “Tietê”:

*Arroubos... Lutas... Setas... Cantigas... Povoar!
Ritmos de Brecheret!... E a santificação da
[morte!
Foram-se os ouros! E o hoje das turmalinas!...
(p.87).*

A descrição da cidade, a referência de suas ruas, de seus prédios e de suas igrejas, ocupam vários poemas nos dois livros citados. Ainda no primeiro, o sujeito poético experimenta um sentimento contraditório frente a tais situações, como em “Paisagem nº1”:

*Meu coração sente-se muito triste...
Enquanto o cinzento das ruas arrepiadas
Dialoga um lamento com o vento...*

*Meu coração sente-se muito alegre!
Este friozinho arrebitado
Dá uma vontade de sorrir! (p.88).*

Paulicéia desvairada, por outro lado, em meio à aspiração de afirmação cultural, pela mistura do autóctone e da manifestação civilizada — “*Sou um tupi tangendo um alaúde*” (p.83) — e do bem-humorado desprezo aos novos ricos — “*Fora! Fu! Fora o bom burguês*” (p.89) — apresenta um eu poético que, às vezes, mal consegue conter o seu entusiasmo diante de uma São Paulo progressista:

*Os caminhões rodando, as carroças rodando,
Rápidas as ruas se desenrolando,
Rumor surdo e rouco, estrépitos, estalidos...
E o largo coro de ouro das sacas de café!..*

(p.102).

A riqueza e a opulência cedem lugar ao desencanto e à fratura em *Lira paulistana*. O poema de abertura deste livro se refere à viola que viaja com o sujeito poético, em plena realização, pelo mundo, até que chega ao ponto em que a sorte muda e a cidade não se afirma como o espaço da execução:

*Minha viola quebrada
Raiva, anseios, lutas, vida,
Miséria, tudo passou-se
Em São Paulo (p.351).*

Há um ceticismo e uma desilusão que se acentuam nesses versos. De resto, nesta obra madura, há um eu poético que, mesmo quando reconhece o tom cosmopolita de sua cidade, não esquece que um espectro de destruição estigmatiza a fachada do progresso:

*Esse clima de São Paulo,
Muito vento e bem calor,
Abrir e fechar de portas
Nas auroras de cristal.*

*Paulo Emílio assim que o ruído
Ruiu, o trem descarrilou
no screen-play ruim... Mas os ratos
Os ratos roem por aí (p.367).*

O espaço citadino, nestes poemas finais, nega ao eu lírico a resposta à sua busca de amor e de amizade. A mudez da cidade possibilita a cogitação sobre uma culpa primeira, antiga, histórica:

*Ruas do meu São Paulo
A culpa do insofrido,
Onde está?*

*Há-de estar no passado,
Nos séculos malditos,
Aí está (p.335).*

O fechamento de *Lira paulistana*, com “Meditação sobre o Tietê”, poema considerado síntese e uma espécie de testamento da obra de Mário de Andrade, dá o tom que distancia essas construções finais das primeiras elaborações. Em lugar da crítica contida ou da mal disfarçada crença, surge, neste poema último, a figura da ponte como metáfora do engenho do progresso que não é capaz de trazer a felicidade e a realização. O sujeito, diante de tais peças modernas, segue como um obscuro vegetal:

*... e tudo é noite. Sob o arco admirável
Da Ponte das Bandeiras, morta, dissoluta,
[fraca,
Uma lágrima apenas, uma lágrima,
Eu sigo alga escusa nas águas do meu Tietê
(p.396).*

Esse sentimento de desencanto e ceticismo que se torna explícito em *Lira paulistana*, é um processo latente em *Paulicéia desvairada*, seja pelo recurso irônico:

*Estes homens de São Paulo
todos iguais e desiguais,
quando vivem dentro dos meus olhos tão ricos,
parecem-me uns macacos, uns macacos (p.84),*

seja pela freqüente referência a uma ordem ancestral, primitiva, em contraposição ao espaço urbano, moderno:

*Estes meus parques do Anhangabaú ou de
[Paris,
onde as tuas águas, onde as mágoas dos teus
[sapos?*

*“Meu pai fora rei!
— Foi, Não foi. — Foi — Não foi.”
Onde as tuas bananeiras?
Onde o teu rio frio encanecido pelos nevoeiros,
contando histórias aos sacis?... (p.93).*

As duas obras afirmam, deste modo, vários pontos de contatos que se sobrepõem às diferenças aparentes. A cidade de São Paulo surge em ambas através de descrições que evidenciam dicotomias entre o moderno e o antigo, o cosmopolitismo e o provincianismo. O sujeito poético, por seu turno, mostra-se ambíguo, transitando entre o encanto e o desencanto, a reverência e o desprezo. A ambientação, de igual sorte, também oferece as contradições entre o claro e o escuro, o frio e o calor, a chuva e sol. Todos esses dados estruturam e garantem as grandes linhas de sentidos dessas construções.

A cidade de São Paulo, em síntese, funciona como um grande *leitmotiv* em *Paulicéia desvairada* e *Lira paulistana*, bem como, vale dizer, na globalidade da obra poética de Mário de Andrade. Na base desta recorrência, destacam-se três pontos fundamentais, que dizem respeito ao período estético, à época histórica e à experiência de vida do autor.

O primeiro ponto refere-se à evidente ligação entre as construções de Mário de Andrade e a poética modernista. Já foi dito, com base no próprio depoimento do escritor, que a leitura de *Les villes tentaculaires*, de Verhaeren, influenciou, em 1920, a construção de *Paulicéia desvairada*. De resto, esta ligação é natural, na medida em que o Modernismo é fruto das vanguardas européias. Em carta de seis de fevereiro de 22 a Manuel Bandeira, o produtor justifica:

*Sei que dizem de mim que imito Cocteau e Papini. Será já um mérito ligar estes dois homens diferentíssimos como grácil lagoa de impetuoso mar. É verdade que movo como eles as mesmas águas de modernidade. Isso não é imitar: é seguir o espírito duma época.*³

Muito tempo depois, a 26 de junho de 1944, o autor explica, em carta a Álvaro Lins, a conformação das construções que integram seu último livro:

³ ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.17.

*Assim mesmo, uma semana faz, fiz uma série de poesiazinhas, umas quinze, curtas, que não sei como chamo: Poemas paulistanos, Cuíca paulistana, Lira paulistana, tem de ser um nome assim, porque são poemas de São Paulo. Ou melhor: poemas urbanos (...) A história da invenção desses poemas é engraçada, embora seja mesmo um feito muito meu. Em 1936, lendo um livro de Paul Radin, Primitive Man as Philosopher fiquei impressionado com uns cantos maiores que achei nele.*⁴

⁴ ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968, p.45.

O cânone modernista ocidental, gerado a partir de uma poesia que desde os primeiros momentos marcou sua relação especial com a cidade, é, portanto, um elemento que justifica a insistente referência urbana nos poemas de Mário de Andrade.

O segundo ponto de sustentação dessa recorrência é o novo sentido que a vida moderna empresta para a relação do homem com o mundo. A modernidade, à medida em que se afirma pelo fugaz e pela novidade, abre um processo de dessacralização da existência humana. Quando esta crise começa a ser percebida, época que coincide com o surgimento do Modernismo, o conflito do homem moderno radica na divisão entre os valores permanentes da cultura e a promessa transitória de inovação. Tal choque é claro na poesia moderna, que se constitui por uma série de negações e recusas, mas que nem por isso deixa de ser assediada pelas realidades negadas e recusadas, do mesmo modo como os indivíduos, na cidade grande, não conseguem abandonar uma sensação solitária, mesmo estando em meio a outras pessoas.

As atitudes entre o permanecer e o partir, a profanação do presente e a sagração do ausente, o desdém da atualidade e o reconhecimento do passado, acompanham de perto a obra de Mário de Andrade como caudatárias de um sentimento de época que marca raízes na personalidade do autor. Em 1933, após dois malogrados projetos de mudar

para o norte do Brasil, o escritor afirma em questionário da editora norte-americana Macauley & Co.:

*Detesto os climas moderados e por isso vivo pessimamente em São Paulo. Também não aprecio a civilização, nem, muito menos, acredito nela. Tanto o meu físico como as minhas disposições de espírito exigem as terras do equador. Meu maior desejo é ir viver longe da civilização, na beira de algum rio pequeno da Amazônia, ou nalguma praia do mar do Norte brasileiro, entre gente inculta do povo.*⁵

⁵ ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo*. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro : Record, 1988, p.158.

Tal como um homem moderno, essa vontade de partir logo encontra sua negação em Mário de Andrade. A propósito, num poema de *Lira paulistana*, o sujeito poético busca resolver o impasse fazendo um inventário das partes de seu corpo e destinando para cada pedaço o enterro em um ponto em São Paulo. Com isso, afirma-se a conjugação final e total entre o poeta e a cidade, quando esta se torna para aquele, mais do que uma profissão de fé, a própria terra prometida e conquistada.

O terceiro ponto que sustenta a referência paulistana na poesia de Mário de Andrade é a relação do escritor, enquanto sujeito histórico, com a sua urbe. Embora ausente desse espaço algumas vezes, para lá o autor sempre retornou com incontida saudade. De resto, enquanto muitos de seus pares iam à Europa e visitavam as principais capitais do mundo, para beberem na fonte, ele se limitava aos cruzeiros nacionais e, eternamente de volta a sua terra, tirava dali o cosmopolitismo necessário para a criação moderna, adentrando-se em viagens pelas rias da paulicéia.

A relação de Mário de Andrade com São Paulo é um dado pessoal, biográfico, a partir de sua vida de menino doente e órfão de pai, vítima do preconceito dos parentes e pólo de amizades aristocráticas, dado esse que é trazido pelo autor para dentro de sua obra. Em carta de sete de junho de 1923, a Manuel Bandeira, o poeta afirma:

*Precisas conhecer São Paulo. Não é linda. É curiosa. E para mim, seu inveterado e traído amante, que de amarguras, aperitivos, azedices!... Pretendo, se Deus quiser, escrever um poema "Paulicéia reconquistada". Significação: eu repostado dentro de mim mesmo, já calmo e paciente, conscientemente corneado pela amante, mas ainda amoroso, quase confiante, gritando de meu posto meu amor pela cidade.*⁶

⁶ ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.46.

No seu balanço do movimento modernista, em 1942, Mário de Andrade demonstra, mais uma vez, a aguda percepção que nutre em relação a São Paulo, aqui numa confrontação com o Rio de Janeiro:

*E, socialmente falando, o modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebanhar na província (...). Está claro: porto de mar e capital do país, o Rio possui um internacionalismo ingênito. São Paulo era espiritualmente muito mais moderna, porém, fruto necessário da economia do café e do industrialismo consequente. (...). Ora, no Rio malicioso, uma exposição como a de Anita Malfatti poderia dar reações publicitárias, mas ninguém se deixava levar. Na São Paulo sem malícia, criou uma religião.*⁷

⁷ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1974, p.236.

A insistente referência paulistana na construção enfocada apresenta-se, deste modo, como uma refusão das relações do poeta com os princípios estéticos vanguardistas, com o mundo moderno e com a sua cidade. A figura desta última, produto de tais relações, sintetiza um triplo significado dentro do poema, constituindo-se a um só tempo, em conformação, problematização e paixão do espaço. Esse último sentido justifica as variações com que São Paulo materializa-se na poesia em questão.

O sujeito poético, nesta multissignificação, declara-se um amante traído da cidade. A imagem urbana surge, assim, como figura feminina, ou melhor, como figuração da prostituta. Entre ela e o sujeito lírico estabelecem-se en-

contros furtivos e fugazes, com a duração de um amor de aluguel. A associação entre prostituta e panorama urbanístico empresta a este a mobilidade numa disposição de fera, com uma distração indolente e com uma atenção inopinada, para retomar aqui um comentário de Walter Benjamin a respeito dos traços de prostituição, a propósito de sua inserção na paisagem da cidade grande com o advento do mundo moderno.⁸

⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter et. al. *Os pensadores*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

Prostituída pela promessa de amor fácil, a cidade possui também o seu duplo, uma vez que o sujeito lírico encontra na concreção amorosa a regressão à figura materna, dando vazão à lei do eterno retorno. Mãe, mulher e prostituta, o espaço citadino torna-se uma possibilidade de prazer, de auto-realização e, ao mesmo tempo, a atualização da figura primordial, da matriz das emoções, do objeto original. Na relação com a geografia paulistana, o eu lírico em Mário de Andrade ama a mulher na prostituta e, no amor de ambas, reconstrói e busca esclarecer a paixão primeira, o espaço repositório dos grandes sentidos da vida.

Ao tratar de São Paulo, portanto, a poesia de Mário de Andrade está considerando sobre o projeto principal de sua obra, que é o de entrar firme nas raízes culturais brasileiras, voltando ao passado pátrio cafuço e mestiço, para esclarecer um presente eivado de traços alienígenas, estabelecendo, a partir daí, uma consciência nacional genuína. Nos poemas paulistanos, o sagrado e o profano, a afirmação do presente e a volta aos tempos primordiais, o amálgama entre mulher e cidade como promessa de amor e risco de incesto, são os traços que garantem essas poesias dentro do sentido fundador e emancipador que o poeta busca em seu trabalho. Repetem-se aí operações de outros momentos da produção do autor, que procuram o sincretismo, no jogo de contrários, na aparência absurda das confrontações, o redescobrimento do país e a criação de um estado de espírito nacional. São Paulo, é certo, recebe os impulsos de reordenação internacional da economia e, perdendo ares acanhados, avança no sentido de se tornar uma metrópole fascinante e assustadora, ao tempo de Mário de

Andrade. O poeta, na poesia paulistana, procura entender por dentro, do ponto de vista da experiência vivida, estas modificações. Desse entendimento quer tirar o significado que possa contribuir com o todo de sua operação na montagem da alma brasileira.

Misto de progresso presente e de uma força passada, submersa, que adquire a dobrada significação da censura e da promessa, do proibido e do vir-a-ser, a cidade de São Paulo insere-se dentro das situações que, permanentemente retomadas, garantem a grande coerência da obra de Mário de Andrade. Nos próprios versos do poeta, eis a figura que expressa a paulicéia desvairada em termos de lira paulistana:

*Mulher mais longe
Que os pasmos alucinados
Das torres de São Bento!
Mulher feita de asfalto e de lamas
de várzea,
Toda insulto nos olhos,
Toda convite nessa boca louca
de rubores! (p.98).*

A CIDADE E A TRADIÇÃO

Ruben George Oliven*

No Rio Grande do Sul, mais de 75% da população vivem em situação urbana, estimando-se que esta percentagem aumente nas próximas décadas. Entretanto, quando se procura caracterizar a identidade do Estado, costuma-se evocar os elementos que fazem referência ao campo e à vida rural simbolizada na figura mítica do gaúcho. Homem errante e livre, o gaúcho vagueia soberano sobre seu cavalo, tendo como interlocutora privilegiada a natureza das vastas planícies do pampa, área pastoril por excelência.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Durante toda a década de oitenta, o Rio Grande do Sul passou por um renascimento das tradições gaúchas que muitos supunham definitivamente mortas ou restritas a bolsões de sobrevivência cultural. Esse processo é responsável pela existência de aproximadamente mil centros de tradições gaúchas filiadas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, que reivindica ser o maior movimento de cultura popular do mundo ocidental, com mais de dois milhões de participantes, mais de quarenta festivais de música nativista envolvendo um público de aproximadamente um milhão de pessoas e vários rodeios. Esse crescente interesse pelas coisas gaúchas também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas gaúchas: programas de televisão e rádio (há inclusive uma emissora FM na região metropolitana de Porto Alegre que toca exclusivamente música nativista, definindo-se como “uma rádio de bombachas”), colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade que faz referência direta aos valores gaúchos, bailões, conjuntos musicais, cantores e discos, restaurantes típicos com shows de músicas e danças gaúchas, lojas e roupas gauchescas etc. Trata-se de um mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas que movimenta grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto, está em expansão.¹ Também formou-se um campo de debate intelectual entre os interessados na identidade gaúcha em que se enfrentam tradicionalistas, nativistas e os que criticam a ambos os grupos.

¹ Ver OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Embora sempre houvesse consumo de produtos culturais gaúchos, ele era bem menor e estava mais concentrado no campo ou nas camadas populares suburbanas e urbanas de origem rural. A novidade é constituída pelos jovens das cidades, em boa parte de classe média, que faz pouco tomam chimarrão, vestem bombachas e curtem música gaúcha, hábitos que perderam o estigma de *grossura*. Esse mercado está concentrado nas cidades e é formado, em boa parte, por pessoas sem vivências rurais.

Porto Alegre tem um papel importante nesse processo. É na capital, em 1948, que surge o “35 CTG”, o primeiro

Centro de Tradições Gaúchas, cujo nome evoca a Revolução Farroupilha em 1835, e que vai servir de modelo às centenas de centros de tradições gaúchas existentes no Rio Grande do Sul e em vários outros estados do Brasil. Seus fundadores são, na maioria, estudantes secundários, todos vindos do interior do Rio Grande do Sul, principalmente das áreas pastoris, onde predomina a pecuária praticada em grandes latifúndios.

Entrevistas realizadas com alguns fundadores que continuam figuras proeminentes no Movimento Tradicionalista Gaúcho, revelam que, na maioria, eles eram descendentes de pequenos proprietários rurais de áreas pastoris de latifúndio, ou de estancieiros em processo de descenso social e que vieram à capital para estudar. Esse dado é significativo porque mostra que os fundadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho, embora cultuem valores ligados ao latifúndio, não têm origem na oligarquia rural. Ele evidencia também que o tradicionalismo gaúcho, desde seu começo, é um movimento urbano que procura recuperar os valores rurais do passado. Como observa um de seus intelectuais e ex-patrão do “35 CTG”:

(...) há, queiramos ou não, uma aura de saudade envolvendo o Tradicionalismo e ninguém sente saudade de quem está perto. A saudade — e o Tradicionalismo — exigem distanciamento, tanto que este é um fenômeno tipicamente citadino, não do campo, urbano e não rural.²

A capital do Rio Grande do Sul, para onde esses jovens vieram a fim de completar seus estudos, morando em casas de parentes e tendo que estudar à noite e trabalhar de dia, oferecia um contraste com seus lugares de origem, constituindo-se simultaneamente em ameaça e desafio. Na descrição de um deles:

Porto Alegre nos fascinava com seus anúncios luminosos a gás neon, Hollywood nos estonteava com a tecnocolorida beleza de Gene Tierney e as aventuras de Tyrone Power, as lojas de discos punham em nossos ouvidos as irresistíveis harmonias de Harry James e Tommie Dor-

² FAGUNDES, Antônio Augusto. A verdadeira história do tradicionalismo. In: FERREIRA, Cyro Dutra. *35 CTG. O pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho* — MTG. Porto Alegre : Martins Livreiro, 1987. p.13.

*sey mas, no fundo, preferíamos a segurança que somente nosso 'pago' sabia proporcionar na solidariedade dos amigos, na alegria de encilhar um 'pingo' e no singelo convívio das rodas de galpão. Não nos conhecíamos uns aos outros, mas devíamos andar nos pechando pelos labirintos da capital. Nunca tínhamos ouvido falar nas anteriores experiências nativistas — dos anos [18]60, dos anos [18]90 e dos anos [19]20 — e precisávamos escolher nosso rumo por nós mesmos. E quando o existencialismo de Jean-Paul Sartre pôs diante de nós o derrotismo e a descrença, instintivamente nos agarramos a nosso rudes antepassados para uma afirmação de vitória e fé. Por essa época o Rio Grande andava bastante esquecido de si mesmo, e a própria bandeira estadual permanecia queimada e esquecida desde novembro de 1937. Resquícios do Estado Novo e seu sufoco centralizador.*³

³ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Nativismo. Um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre : L&PM, 1985. p.56-57.

O depoimento é valioso pelos dados que evidencia. Primeiro há o elemento cidade. Embora Porto Alegre na década de quarenta fosse uma cidade pequena e pacata para padrões atuais, sua população aumentou de 272.000 habitantes em 1940 para 394.000 em 1950 (um crescimento de 45% em dez anos), sendo vista como uma metrópole cheia de labirintos e de símbolos de progresso, como os anúncios luminosos de gás neon. Em segundo lugar, havia os produtos da indústria cultural que, vindos dos Estados Unidos, tinham um impacto muito grande, através dos discos e do cinema e de seus ídolos. Por último, havia filosofias céticas oriundas da Europa que questionavam o sentido da vida e do mundo. Tudo isso era muito fascinante, mas ao mesmo tempo ameaçador. A reação desses jovens interioranos expostos a essas experiências foi apegar-se ao que era considerado seguro e claro, o campo e o passado. Duas seriam as ameaças que pairariam em relação a esses valores: a invasão cultural que viria dos Estados Unidos (durante a II Guerra Mundial houve uma

⁴ Ver MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. A penetração cultural americana. São Paulo : Brasiliense, 1984.

penetração muito intensa de produtos culturais americanos, como as revistas e filmes de Disney, o cinema de Hollywood, a Coca Cola etc.⁴) e o centralismo econômico, político e também cultural imposto pela ditadura do Estado Novo.

Os jovens criadores do “35” se dão conta de que a capital do Estado não se mostrava muito receptiva ao tradicionalismo.

Não é que Porto Alegre tenha nos recebido mal. Afinal, éramos jovens, simpáticos, alegres, comunicativos, trabalhadores e bons estudantes, e não havia motivo para a capital nos ter antipatia. Mas era uma cidade muito cônica de sua responsabilidade como retransmissora da cultura cosmopolita e consumista, e não tinha tempo a perder com nossas charlas e declamações. Quando muito, sorria condescendentemente para nossos desfiles conduzindo a chama Crioula no dia 20 de setembro — ocasião em que nos revitalizávamos ante a verificação de que já não éramos meia dúzia de gatos-pingados e sim uma dúzia. Duas dúzias talvez.⁵

⁵ BARBOSA LESSA. *Nativismo*. Um fenômeno social gaúcho. Op. cit. p.15.

De 1948 a 1954 surgiram trinta e cinco novos centros de tradições gaúchas distribuídos em praticamente todas as regiões do Rio Grande do Sul, mas concentrados majoritariamente nas áreas pastoris. Em Porto Alegre houve apenas a criação de uma espécie de mini-CTG doméstico. Em relação a essa época, a queixa da rejeição por parte da capital e das elites gaúchas é uma constante entre a liderança tradicionalista. Parece que a elite de Porto Alegre se esforçava por perder seu aspecto provinciano e adotar os costumes e práticas que fossem considerados cosmopolitas. É lógico que bombachas e tudo que lembrasse o campo eram um incômodo para esse tipo de projeto.

Em 1954, os vários centros de tradições que se foram proliferando a partir de 1948 se reúnem pela primeira vez num congresso realizado em Santa Maria. Na ocasião, é apresentada a tese de Luiz Carlos Barbosa Lessa, um dos estudantes que haviam fundado o “35 CTG”, intitulada *O sentido e o valor do tradicionalismo gaúcho*.

⁶ Sobre a influência de Donald Pierson no Brasil, ver LIPPI DE OLIVEIRA, Lúcia. Donald Pierson e a sociologia no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 23, 1987.

O autor, à época com vinte e quatro anos e recém formado em direito, profissão que não tinha vontade de exercer, fora a São Paulo onde se matriculara na Escola de Sociologia e Política. Lá lecionava o sociólogo norte-americano Donald Pierson,⁶ formado pela Universidade de Chicago. Seu livro *Teoria e pesquisa em sociologia*, bem como o livro *O homem*, publicado em 1936 pelo antropólogo norte-americano Ralph Linton, constituíam-se em leitura obrigatória. Ambos os autores estavam preocupados com os efeitos do crescimento da população, com as conseqüências da urbanização e as modificações que ocorrem na família e no grupo local, problemática recorrente nas ciências sociais naquela época e fortemente influenciada pela temática que Durkheim desenvolvera na França no século passado. Segundo Barbosa Lessa, as aulas eram muito monótonas e depois de alguns meses ele teve que voltar ao Rio Grande do Sul. Entretanto, quando foi redigir a tese-matriz do Tradicionalismo, o autor se deu conta de como estes dois cientistas sociais estavam próximos dos assuntos tradicionalistas:

Mas nestes dois ou três meses em 53 me deram a bibliografia básica que eu deveria adquirir, onde figuravam Teoria e Pesquisa em Sociologia de Donald Pierson e O Homem de Ralph Linton. Então eu não continuei o curso, mas voltei ao Rio Grande do Sul em fins de 53 com no mínimo estes dois livros (...) e fui lá pra fazenda em Piratini e me lembro que foi lá na fazenda que eu lia e anotava estes dois livros e pra mim foi uma revelação. Como eu estava muito imbuído dos assuntos tradicionalistas, eu fui vendo até que ponto se encaixava naquilo que nós estávamos fazendo, foi quando eu aprendi conceito de sociedade, conceito de cultura, conceito de tradição, conceito de visão cultural e por aí a fora, todos aqueles conceitos básicos e eu percebi que dava pra formar uma coisa boa.⁷

⁷ Entrevista realizada com Luis Carlos Barbosa Lessa, em 04 de outubro de 1983.

O depoimento é um exemplo expressivo de como o saber produzido por acadêmicos se torna senso comum. Nes-

te sentido, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, sem ter consciência do fato, foi um dos maiores difusores das idéias das ciências sociais norte-americanas da década de quarenta.

A tese-matriz do tradicionalismo começa enfatizando a importância da cultura, transmitida pela tradição, para que uma sociedade funcione como uma unidade. Todo problema reside no fato de que isto não estaria ocorrendo satisfatoriamente, já que “a cultura e a sociedade ocidental estão sofrendo um assustador processo de desintegração”, sendo “nos grandes centros urbanos que esse fenômeno se desenha mais nítido, através das estatísticas sempre crescentes de crime, divórcio, suicídio, adultério, delinqüência juvenil e outros índices de desintegração social.”⁸ Essa desintegração social se deveria predominantemente a dois fatores: o enfraquecimento do núcleo das culturas locais e o desaparecimento gradativo dos “grupos locais” como unidades transmissoras de cultura.

Não é difícil perceber no texto a influência do pensamento social do século passado e começo deste a respeito das conseqüências do processo de urbanização, elaborado indiretamente através daqueles que o autor chama de “mestres da moderna sociologia” e que podem ser caracterizados como membros da Escola Sociológica de Chicago. Embora o termo não seja citado, o que é descrito é o fenômeno da *anomia* enunciado por Durkheim, aplicado ao aumento populacional e à conseqüente divisão social do trabalho. A ênfase na temática da desagregação e a imputação à cidade do poder de acelerar esse processo lembra muito as teorias dicotômicas ou de contraste, principalmente a teoria do *continuum folk-urbano*, de Robert Redfield. Esse antropólogo norte-americano acreditava que as conseqüências da urbanização eram a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo. A vida em cidades enfraqueceria ou destruiria os firmes laços que ele achava que integravam os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada pela fragmentação de papéis sociais e por um comportamento mais secular e individualista. A homogeneidade de uma sociedade

⁸ BARBOSA LESSA. *O sentido e o valor do tradicionalismo*. Porto Alegre : SAMRIG, 1979. p.5.

rural, à qual corresponderia uma estrutura não-ambígua e monolítica, seria substituída, na sociedade urbana, por uma estrutura social marcada pela diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural, na qual todos os elementos culturais seriam definidos, transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As conseqüências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização.⁹

⁹ Sobre este assunto ver OLIVEN, Ruben George. A cidade como Categoria Sociológica. In: *Urbanização e mudança social no Brasil*, Petrópolis : Vozes, 1988.

Como se dá a aplicação deste tipo de teoria, tão em voga naquela época, à realidade do Rio Grande do Sul? É interessante ver como a crise social encontra uma “solução” no Tradicionalismo já que este

*visa precisamente combater os dois reconhecidos fatores de desintegração social. O fundamento científico deste movimento encontra-se na seguinte afirmação sociológica: “Qualquer sociedade poderá evitar a dissolução enquanto for capaz de manter a integridade de seu núcleo cultural. Desajustamentos, nesse núcleo, produzem conflitos entre os indivíduos que compõem a sociedade, pois estes vêm a preferir valores diferentes, resultando então a perda de unidade psicológica essencial ao funcionamento eficiente de qualquer sociedade.” Através da atividade recreativa ou esportiva, que o caracteriza — sempre realçando os motivos tradicionais do Rio Grande do Sul —, o Tradicionalismo procura, mais que tudo, reforçar o núcleo da cultura rio-grandense, tendo em vista o indivíduo que tateia sem rumo e sem apoio dentro do caos de nossa época. E, através dos Centros de Tradições Gaúchas, o Tradicionalismo procura entregar ao indivíduo uma agremiação com as mesmas características do “grupo local” que ele perdeu ou teme perder: o “pago”. Mais que o seu pago, o pago também das gerações que o precederam.*¹⁰

¹⁰ BARBOSA LESSA. *O sentido e o valor do tradicionalismo*. Op. cit., p. 7-8.

A expansão do tradicionalismo gaúcho segue uma dinâmica interessante. Se, em seu começo, o movimento teve pouca repercussão em Porto Alegre, no interior do Es-

11 MARIANTE, Hélio Moro. *História do tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre : Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, Cadernos Gaúchos, 1976. p.12.

12 Introdução à reedição de *O sentido e o valor do tradicionalismo*. Op. cit., p.4.

13 A expansão do Tradicionalismo também se dá fora do Rio Grande do Sul, que é um dos estados de maior emigração do Brasil. Em 1987 havia em Santa Catarina mais de 183 CTGs e mais de 200 piquetes de laço filiados ao Movimento Tradicionalista de Santa Catarina. No Estado do Paraná existem 158 CTGs filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná e, no Mato Grosso do Sul, há aproximadamente trinta e cinco CTGs filiados à Federação dos Clubes de Laço.

tado e fora dele seu crescimento foi impressionante. Escrevendo em 1976, um historiador do tradicionalismo afirmava que “*apenas decorridas três décadas, foram criadas seiscentas entidades nativistas, das quais, quase quatro centenas encontram-se em atividade e que fazem do tradicionalismo sua razão de ser*”.¹¹ Em 1979 era também de 400 o número de CTGs apontados na Introdução da reedição de *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*.¹²

Na década de oitenta, o número de entidades tradicionalistas cresce de forma impressionante, a ponto de se falar que seriam 1500 em todo o Estado.¹³ Levantamento feito junto ao Movimento Tradicionalista Gaúcho aponta em 1987 a existência de 886 entidades tradicionalistas (termo que engloba centros de tradições e piquetes), o que significa uma relação de uma entidade para cada 9.118 habitantes do Rio Grande do Sul. Embora se distribuam em todo o Estado e se concentrem em municípios pequenos (com população oscilando entre 4 e 20 mil habitantes), onde às vezes são a única forma de lazer existente, sua presença se faz sentir também em algumas cidades de médio e grande porte, como Vacaria, Cachoeira do Sul e Santa Maria. Na Região metropolitana de Porto Alegre existem 80 entidades tradicionalistas (59 CTGs e 21 de outras características). O que significa uma entidade para cada 26.557 habitantes.

Se o tradicionalismo procura reeditar a tradição e a vida rural, ele o faz num Estado urbanizado que se quer moderno, e sempre a partir de sua capital e maior pólo urbano. Pode parecer curioso que esse movimento lance mão de valores rurais e do passado, quando, nos dias de hoje, o Rio Grande do Sul é predominantemente urbano e bastante industrializado.

Atualmente, Porto Alegre não se depara com a questão de provar que é moderna. De certo modo, as grandes cidades brasileiras aderiram aos símbolos do que é considerado internacional. Talvez seja justamente por isso que é possível e necessário retornar à tradição sobre a qual pairaria o risco de perder-se. Assim se explica a adesão de jovens ur-

banos de classe média, sem nenhuma experiência rural, aos valores do gauchismo, seja através do tradicionalismo, seja através do movimento nativista, este mais aberto a temas como a justiça social e a ecologia.

Apesar de ser o *locus* da modernidade, a cidade não elimina a tradição. Ao contrário, tende a recriá-la. Assim, o urbano é um espaço onde convivem simultaneamente a modernidade e a tradição, que sempre se atualiza de acordo com a dinâmica da vida social e de suas transformações.

A cidade, suas razões, seus conflitos e a busca de uma nova solidariedade.

A cidade capaz de combinar democracia, participação, criatividade e alegria.

A cidade planejada, eficiente e solidária, como ponto de partida de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Estas são as perspectivas analíticas acerca das cidades adotadas por três reconhecidas personalidades, com origens e trajetórias bastante diversas, mas, por certo, intimamente vinculadas à construção do espaço urbano e da cidadania. No “Caderno de Opinião”.

AS RAZÕES DA CIDADE

Luis Fernando Veríssimo*

“Urbano” quer dizer da cidade e também quer dizer cortês, afável, civilizado. As regras da civilização são as regras do convívio humano e uma cidade deveria ser uma lição de convívio. Não sei se algum dia já foi. Não se deve invocar as velhas cidades com muito entusiasmo. Se elas hoje parecem representar um ideal de urbanidade perdido, na sua época representavam relações de poder e servitude que ninguém pode querer de volta. Nas grandes cidades da Renascença o convívio civilizado era privilégio de uns poucos e o que o turista hoje toma como exemplos de uma idílica integração de arquitetura, arte, poder e comunidade era a mesma conspiração medieval da Igreja e do Estado para viverem às custas da pobre maioria, só que com melhor gosto. As cidades sempre cresceram ao sabor da conveniência comercial e de uma ditadura de privilegiados. Nunca, deliberadamente, do interesse comum e muito menos da civilidade.

Paris no século XIX, para muitos o exemplo máximo tanto de urbanismo quanto de urbanidade foi, por certo,

* Jornalista e escritor, residente em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

uma boa tentativa. O traçado dos seus grandes boulevards era não apenas a projeção urbanística do racionalismo francês e do sentimento arrebatado da época — a expansão colonial, a industrialização, as manias da ciência e do novo — como uma idéia definida do que deveria ser a experiência urbana numa metrópole. Mas os boulevards também foram construídos porque o exército queria espaços maiores e mais ordenados para controlar o proletariado da capital. Há até quem diga que se os boulevards tivessem sido construídos antes, não teria havido a Revolução Francesa.

Se as velhas cidades européias são falsos exemplos da harmonia que se quer entre urbanismo e necessidade social, são valiosas, mesmo assim, só por serem velhas. Isto é: hoje um novo barão de Haussmann não conseguiria arrasar quarteirões do centro de Paris para suas avenidas com o mesmo desprendimento que teve no século dezenove. As velhas cidades, como as velhas prostitutas, estabelecem leis de respeito pela sua antigüidade, por menos respeitáveis que tenham sido na juventude. O contraste entre o moderno e o antigo em Paris — só para ficarmos neste exemplo conveniente — é enorme e lá a especulação imobiliária precisa pedir desculpas a cada passo que dá. As velhas cidades permanecem como símbolos da reprovação ao novo pelo novo, ao desordenado pelo lucro rápido, ao feito pela conveniência.

No mundo novo a especulação capitalista não tem este constrangimento. Não existe outra determinante para a expansão das nossas cidades que não seja o lucro. A débil defesa que aqui se faz do antigo, muitas vezes de discutível valor histórico, tem o tom patético de alguém tentando inventar um passado para depois defendê-lo. Mas a intenção é a de preservar um contraste, qualquer contraste, para o novo destruidor, uma alternativa para a fúria especulativa.

Pode-se argumentar que é injusto comparar épocas, simplesmente, e automaticamente condenar o presente em contraste com o passado. Que o que deve ser comparado é a exigência de cada época. Coisas como a proliferação do automóvel e a concentração demográfica nas grandes cida-

des são fenômenos recentes que invalidam qualquer comparação do presente com o passado. Mas o que condena o urbanismo atual é justamente que ele não soube adaptar a cidade às suas novas exigências. Mudaram as relações de poder entre Igreja, Estado, senhor e servo, mas as cidades continuam sendo monumentos ao privilégio e à divisão por castas. Ao anticonvívio. As mudanças continuam acontecendo por imposição econômica, não por planejamento democrático. Nas grandes cidades americanas os ricos abandonaram o centro dos seus bairros para o subproletariado e os ratos e mudaram-se para os subúrbios onde, não raro, constroem pequenas e nostálgicas aldeias, centros comerciais e culturais que só não são modelos de bom convívio porque servem a uma única classe. Resolveram o problema social afastando-se dele. Em cidades como Porto Alegre pretendeu-se o contrário, preservar o centro e suas adjacências para a burguesia e exilar os servos para a periferia. Mas a miséria converge para o centro e assalta à luz do dia. O terror de nossas cidades é que o problema social insiste em não conhecer o seu lugar. Encurralou a burguesia em shopping-centers e condomínios de segurança máxima, e se apossou da cidade.

Cortês, afável, civilizado... A descrição corresponde a algum concidadão seu? O homem urbano, hoje, é um produto do fracasso da cidade em compreender sua função. Descortês, irritado e cada vez menos civilizado, ele perdeu sua urbanidade antes mesmo de a ter. A cidade como uma conquista da solidariedade não deu certo. Mas também é preciso não sucumbir ao velho reacionarismo pastoral que, segundo Bogdan Bogdanovic escreveu num recente "New York Review of Books", opõe-se à cidade não pelo seu fracasso mas pelo seu possível sucesso na construção de uma verdadeira urbanidade.

Bogdanovic é um arquiteto que mora em Belgrado, cidade da qual já foi prefeito. Sua tese é que a história da civilização tem sido uma luta constante entre a cidade e seus inimigos. Que a destruição aparentemente insensata de cidades como acontece hoje na ex-Iugoslávia tem sua lógica dentro deste ódio antigo a tudo que o urbano representa.

Ele acha que o bombardeio de Dubrovnik, por exemplo, foi um ritual. Teve menos a ver com geopolítica e conflitos étnicos do que com o velho horror reacionário à cidade, um horror que atravessa a história humana desde os tempos bíblicos. Ou desde as primeiras cidades.

O texto de Bogdanovic é um lamento pelo que seus concidadãos estão fazendo aos tesouros arquitetônicos do seu ex-país e ele tem todo direito à sua revolta e ao exagero da sua tese, mas ela não é tão simplista assim. A cidade é a representação da queda e da insubmissão do homem. O horror à cidade está em todas as religiões. Toda cidade é Babel, onde o homem ousou desafiar o Pai, ou Sodoma, onde o homem é corrompido pela proximidade com o outro — mas pode aprender a viver com o outro, o que é uma ameaça ainda maior a valores patriarcais e raciais. O convívio possível com o oposto é a lição mais intolerável do demônio que habita nas cidades. O demônio construiu suas cidades no Norte, disse Santo Agostinho, contrastando-as com a sua mística cidade na colina iluminada pela luz de um Deus mediterrâneo e inquestionável, longe das perdições da indústria. Uma das pragas do Alcorão é: todas as cidades do mundo serão destruídas e seus habitantes transformados em macacos.

O horror à cidade é reincidente na literatura, onde cosmopolitismo e decadência muitas vezes são sinônimos. A arquitetura e o urbanismo são as artes preferidas do facismo porque a substituição do prédio antigo pelo monumento e da ruela pelo pátio de desfiles é a representação concreta do triunfo de virtudes restauradas sobre os vícios acumulados da cidade. Todo bombardeio é, consciente ou inconscientemente, uma limpeza de terreno para a construção da cidade celebratória dos sonhos totalitários. A cidade sem becos e sem conflitos, a cidade submissa, a anti-cidade.

Nossas cidades não são bombardeadas, mas são zonas de guerra onde a possibilidade do convívio foi há muito esquecida, se algum dia foi aprendida. E às vezes a destruição também é ritualizada, como no massacre de meninos

de rua em frente à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Um bando a soldo de privilegiados surpreendeu o inimigo dormindo e atirou em suas cabeças, friamente. Como se estivessem, de longe, mandando morteiros sobre Dubrovnik. Ou como se matassem macacos.

A cidade é o caminho para qualquer idéia de convívio, a nostalgia pelo pastoral não passa de saudade de outra ordem da tirania. O que é preciso é resgatar a cidade dos seus horrores e construí-la de novo. Desta vez para todos.

POR UMA CIDADE DEMOCRÁTICA, INTELIGENTE E ALEGRE

Tarso Genro^{*}

O ponto de partida para uma estratégia de governo que contemple uma cidade democrática é sempre um ponto de partida político. Isso significa criar uma nova cultura política na sociedade, para constituir uma democracia dentro do estado de direito. Significa retirar a cidadania do patamar meramente jurídico-formal, para colocá-la como uma expressão política, capaz de direcionar os movimentos do Estado.

O fundamental para o país é criar uma esfera pública não-estatal de indução, de controle, que possa trazer para esta nova cultura política toda a experiência revolucionária que ocorreu no início deste século, compatibilizando tal experiência com conquistas da própria revolução burguesa — como a questão do estado de direito, a garantia dos di-

^{*} Advogado, Prefeito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

reitos individuais, o respeito à pluralidade, o direito das pessoas demandarem perante a justiça e terem o direito de se expressar livremente. Portanto, buscamos construir uma perspectiva socialista dentro de uma sociedade que necessariamente é plural, e que deve abrigar e respeitar a pluralidade.

Quais são as reformas econômicas e sociais que podem apontar para esta direção? Na cidade, significa instaurar uma democracia participativa, quebrando efetivamente as fronteiras burocráticas que existem entre o Estado e a Sociedade. Este é o cerne do projeto *Porto Alegre Mais — Cidade Constituinte*, que radicaliza a desprivatização do Estado, abdicando da sua sujeição a grupos e que, ao mesmo tempo, desestatiza a sociedade, porque ela deixa de ser induzida para ser indutora. Inverte a premissa do máximo controle dos cidadãos por parte do Estado, para propor um máximo controle da cidade por parte de seus habitantes.

A procura de um novo modo de fazer política, trazendo os conflitos à luz do dia, de forma aguda, mas civilizada, representa o esforço político-estratégico do nosso governo para mudar as mentalidades e a cidade onde as pessoas vivem e amam.

Através do *Orçamento Participativo*, iniciado no governo Olívio Dutra, a cidade transgrediu a velha cidadania, baseada na influência e no dinheiro, no compadrismo e nos pequenos feudos dentro de Porto Alegre. Um conjunto grande de indivíduos livres, de todos os setores sociais, resolveram dizer que é possível expressar na história aquilo que está no Direito: disputar o poder político, disputar a renda, e conseqüentemente, afirmar a democracia.

É a “livre iniciativa” dos cidadãos corrigindo a livre iniciativa meramente econômica que, quando selvagem, monopoliza a política, concentra poder, marginaliza e exclui a maioria.

Ao mesmo tempo, instauramos na cidade uma estrutura de impostos de maneira progressiva, capaz de fazer do governo do Município um instrumento de distribuição de renda. É o caso do *IPTU progressivo para os grandes va-*

zios urbanos, onde haja infra-estrutura instalada. Um projeto neste sentido está sendo examinado pela Câmara Municipal, com o objetivo de tornar real a função social da propriedade, prevista na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município. Há na capital 307 grandes áreas vazias, somando um total de 991 hectares, cujos proprietários não ultrapassam o número de cem pessoas físicas ou jurídicas. Enquanto estes terrenos permanecem vazios, configurando uma especulação imobiliária, parcela significativa da população mora em áreas de risco, de ocupação irregular ou em subhabitações. O déficit habitacional em Porto Alegre é de 100 a 120 mil unidades. Nosso projeto ora em exame na Câmara tem o objetivo de provocar a construção de habitações, já que nas áreas consideradas vazios urbanos — de 3000 a 5000 hectares, conforme a Região Fiscal — incidirá IPTU progressivo, com acréscimo de 20% sobre a maior alíquota do Imposto, anualmente. Antes da incidência do IPTU com tais características, os proprietários serão notificados e instados a apresentar projetos habitacionais, dentro de prazos previstos em lei.

No âmbito do Estado, as reformas econômicas e sociais não fogem muito a estas, com apenas um componente diferente: a capacidade de intervenção do Estado tem uma autonomia maior, portanto, os componentes desta reforma podem se tornar mais claros, podem ter uma capacidade de incidência maior nas relações entre as classes sociais, entre os grupos de interesses da sociedade.

No que se refere ao país, há três questões fundamentais capazes de mobilizá-lo no sentido modernizante. O Brasil passa hoje por um processo de *modernização conservadora*, ou seja, meios modernos de gestão e de produção, de controle e de informação, subjugados à mesma elite que controla o país, enquanto este se constitui através de um Estado oligárquico. Assim, conserva os traços essenciais da dominação e apenas moderniza as formas de dominação.

Nossa visão de Estado moderno passa pela reforma radical deste Estado. Isto significa, em primeiro lugar, criar

uma *esfera pública não estatal de controle*, ou seja, colocar a cidadania e a sociedade organizada como efetiva controladora do Estado. Em segundo lugar, realizar uma *reforma financeira*, fundamental para desarticular o domínio dos monopólios sobre o Estado que atualmente existe. Em terceiro lugar, implementar uma *reforma agrária*, sem a qual não conseguiremos fazer do país uma sociedade de mercado. É preciso ainda disputar o caráter deste mercado. Esta realização deve se dar dentro da visão de um mercado socialmente regulado, de um mercado que aproveite as forças espontâneas dentro dele mesmo, para colocá-lo na trilha de um processo de distribuição de renda.

Todos os movimentos do governo municipal, na sua dimensão “ótima”, portanto, visam a colocar os recursos públicos a serviço da maioria da população da cidade, pensar o desenvolvimento a longo prazo e orientar a atividade econômica.

Queremos gerar mais empregos, mais serviços, mais trabalho, numa cidade desconcentrada, descentralizada, com ampla vida democrática e rico e variado fazer cultural, além de intensa participação política.

Queremos continuar construindo uma cidade não homogênea, mas múltipla e diversa, com centralidades distintas e personalidades diferentes, que respeite os valores naturais e proporcione à sua população um livre e harmônico acesso a eles. Uma cidade democrática, inteligente e alegre.

O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES: um projeto para o Brasil

Jaime Lerner*

Ao longo de 25 anos de exercício profissional em Curitiba e em outras cidades, sedimentei algumas convicções sobre o gerenciamento e a mecânica das cidades. A principal delas, é a necessidade de redescobrir a cidade como agente transformador. Vislumbrar a revolução que cada uma, independente do seu tamanho, pode representar, pelo significado de suas ações locais, no contexto de sua região, de seu país e no contexto do planeta. Trata-se da premissa da ação local como garantia da sobrevivência global.

Hoje, é cristalino o potencial das ações locais. Lembremos da sua relação com a dívida externa, que compromete o desempenho de muitos países, a exemplo do Brasil. Se cada cidade tivesse se posicionado contra o desperdício, parte dos recursos tomados no exterior para a geração de energia não seriam necessários.

* Arquiteto e planejador urbano, ex-prefeito de Curitiba, Paraná.

Do mesmo modo, a garantia da sobrevivência do planeta está intimamente ligada à postura das cidades, onde hoje se localiza a origem da maioria dos problemas ecológicos. Se cada cidade, grande ou pequena, assumir o propósito de se fazer ambientalmente correta, os benefícios colhidos pelo planeta se multiplicarão. Os números são eloqüentes: em Curitiba, há três anos, a população separa, em casa e no local de trabalho, o lixo orgânico dos resíduos sólidos, que se prestam ao reaproveitamento ou à reciclagem. Só com o aproveitamento do papel velho, a cidade evita o corte de mil e duzentas árvores por dia. Quantas árvores salvariam todas as cidades do mundo? Por dia, por ano? E em quanto reduziríamos a extração de outros recursos naturais com a reciclagem do vidro, do plástico e dos metais?

Da mesma maneira que a ação local mostra seu potencial nas questões ambientais, também pode prová-lo no trato de outras questões essenciais, como a da criança, cuja prioridade é essencial para amenizar o impacto da pobreza. Está aí um caminho que não podemos perder. Mas como as cidades poderão conciliar esta visão de consciência coletiva com seus problemas? E em grande parte das vezes, com a pobreza da maioria da população?

Tenho a convicção de que o desafio do gerenciamento da cidade, hoje, reside na visão estratégica do equilíbrio entre o atendimento às suas necessidades básicas e o seu potencial. Entre o importante e o fundamental. Entre o dia-a-dia e o futuro. Não será bem gerenciada a cidade que se prender excessivamente ao seu dia-a-dia, porque estará tolhendo o seu futuro. Igualmente, não será bom o gerenciamento exclusivamente preso ao futuro, porque estará afastado da população, que terá seus problemas imediatos multiplicados e não se engajará nos projetos da cidade.

Permeando o gerenciamento do dia-a-dia e do futuro, uma outra premissa se impõe: a de se fazer certo daqui por diante. Não deixar os problemas crescerem. Como se isso fosse um mandamento. Por esse entendimento, um dos compromissos essenciais é justamente o de cada cidade se

fazer ambientalmente correta. E qual é a cidade ambientalmente correta? É aquela que desperdiça o mínimo e economiza o máximo.

Este seria o meu esboço de um projeto prioritário para o Brasil. De um projeto, ou de passos a serem seguidos, ou apenas uma orientação para agir e atingir um objetivo que considero essencial. Para tanto, um roteiro: reduzir progressivamente o desperdício de tudo, não deixar crescerem os problemas, otimizar o potencial das estruturas existentes. Não complicar. E fazer.

Por que partir, por exemplo, para uma sofisticada usina de separação de lixo, de implantação e operação onerosas, se cada família pode fazer a separação prévia, e com isso desenvolver uma saudável consciência de co-responsabilidade na questão ambiental?

Por outro lado, uma cidade ambientalmente correta prioriza o transporte coletivo sobre o individual. E isso é fundamental. Aliviando a pressão do automóvel, a economia de combustível é evidente. E todo o recurso aplicado em transporte coletivo, sempre pode ser aquele que seria consumido em outras obras viárias, destinadas ao transporte individual, cujo uso irracional só compromete a qualidade de vida de uma cidade, especialmente das grandes. Em Curitiba, onde a primazia do transporte coletivo é uma realidade há duas décadas, estamos contabilizando uma economia de combustível da ordem de vinte por cento em relação às grandes cidades brasileiras. Com o custo de um viaduto numa grande cidade — que muitas vezes só faz deslocar um engarrafamento de um ponto para outro — poderíamos implantar um sistema inteiro de ônibus, contribuindo para tirar milhares de automóveis das ruas.

Ao citar os exemplos de Curitiba, ouço com frequência que se trata de uma cidade diferente, onde as soluções são possíveis por se tratarem de apenas um milhão e seiscentos mil habitantes. No entanto, devo afirmar que esta cidade é diferente porque tornou-se diferente, como podem tornar-se todas as cidades, inclusive as megas. Quando se tem uma visão clara e global dos problemas e dos poten-

ciais de uma cidade, é perfeitamente possível dominar e direcionar o seu crescimento e colocá-la numa perspectiva saudável.

No caso das megacidades, entendo que o grande trunfo das administrações é a correta escolha de tecnologias que possam corresponder satisfatoriamente às demandas. É evidente, hoje, que as questões de saneamento, numa grande cidade, não podem mais se resolver pela centralização, devendo-se voltar para as soluções por bacias hidrográficas, por quarteirões. Ao contrário, o transporte coletivo requer, essencialmente, a integração de todo o sistema. A escolha dos caminhos de uma mega cidade está diretamente vinculada ao que podemos chamar de tecnologia de multidões. Vai daí que as ações devem considerar com seriedade a escala, sob o risco de se tornarem soluções de vitrine, concebidas para o consumo da mídia e que beneficiam uma parcela mínima da população.

A visão racional da escala de uma cidade não deve inibir seus administradores para os aspectos lúdicos e psicológicos que a paisagem urbana exerce sobre seus moradores. Na verdade, esses valores são imprescindíveis para que uma cidade possa se humanizar. Há que seguir os caminhos do trilho e da memória. Conduzir o crescimento pelos caminhos que fizeram a história da cidade, preservar e valorizar as referências que nortearam gerações inteiras, são requisitos tão fundamentais a uma cidade, quanto provê-la em suas necessidades básicas.

Igualmente, uma cidade deve ser pensada como cenário do encontro, em que os setores informais e formais possam se integrar em convivência pacífica. Também por esta ótica, é importante que as cidades não sejam pensadas para a tragédia máxima, mas dimensionadas para se ajustarem gradativamente às soluções corretas. Pensada assim, uma cidade, aos poucos, deixará de ser o mero espaço da sobrevivência, para se tornar o cenário da plenitude das relações humanas. É a cidade como exercício da solidariedade.

Neste aspecto, os administradores poderão estimular a população através da co-responsabilidade na solução dos

problemas. Desde as questões ambientais mais simples — como as ligadas ao lixo — até as mais complexas — como a das crianças de rua, um fenômeno cada vez mais grave nas cidades do Terceiro Mundo. Para isso, é essencial que as administrações não se entreguem à síndrome da tragédia, aquela que faz os problemas parecerem intransponíveis, levando cada morador à sensação de que sua ação isolada é insignificante, induzindo a população inteira à inércia. Ao contrário, estimulada pelo “fazer certo” daqui por diante, a comunidade logo dará uma resposta positiva aos apelos. Sobretudo, sentindo-se respeitada, ela responderá com respeito às questões que lhe forem colocadas.

Tenho uma profunda convicção no “efeito dominó” — onde o exemplo de uma cidade influencia as demais. Acredito, também, que os maus exemplos exercem um efeito contrário. Acredito, ainda, que os gestores urbanos devam ser os mesmos gestores da mudança. Assim, os países podem mudar a partir de suas cidades — se elas se fizerem ambientalmente e socialmente corretas. Ora, as cidades podem perfeitamente chegar a este objetivo, a partir do respeito ao seus cidadãos que, prestigiados e informados, serão, cada um, agentes de mudança.

Insisto nesta visão otimista das cidades por um bom motivo: porque tenho uma visão otimista do ser humano.

A revista **Ciência & Ambiente** é editada semestralmente pelo Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pelas Editoras desta instituição e da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), Rio Grande do Sul, Brasil. Cada número deve tratar de temas específicos, previamente selecionado pelo Conselho Editorial e anunciados na edição anterior.

ESCOLHA DOS TEMAS

Os temas para cada número da revista devem focar questões relativas à ciência, ao meio-ambiente e à sociedade, considerando a totalidade das relações que se estabelecem entre eles e os princípios de um desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentável. Incluem-se reflexões sobre a evolução científica, a relação homem-natureza, a geração de tecnologia e sua influência nas relações de poder etc. Podem ser tratados, ainda, assuntos referentes ao modelo de organização das instituições de ensino, pesquisa e extensão, com seus reflexos sobre a formação de recursos humanos e sobre a produção e difusão do conhecimento.

ORIENTAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Os artigos apresentados podem ser redigidos em português e espanhol. Os autores devem informar sua função e instituição de procedência. A estrutura e a forma de apresentação do texto ficam a critério do autor. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Trabalhos enviados espontaneamente poderão ser publicados, desde que aprovados pelo Conselho Editorial. Estes devem ser encaminhados à revista no período de **1º a 30 de abril e outubro**. Recomendam-se aos autores textos com, no máximo, **vinte laudas**.

DISTRIBUIÇÃO

A revista é distribuída gratuitamente às instituições dedicadas ao ensino e à investigação da ciência e do meio ambiente no Brasil, América Latina, México, Portugal e Espanha. Os demais interessados poderão adquiri-la mediante contato com os editores.

El Curso de Ingeniería Forestal de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM) y las Editoras de esta institución y de la Universidad de Ijuí (UNIJUÍ), Rio Grande do Sul, Brasil, editan semestralmente la revista **Ciência & Ambiente**. Cada número de la misma trata de temas específicos, los que son previamente seleccionados por el Consejo Editorial y anunciados en la edición anterior.

SELECCIÓN DE LOS TEMAS

Cada número de la revista aborda temas relativos a la ciencia, al medio ambiente y a la sociedad, considerando la totalidad de las relaciones que se establecen entre ellos y los principios de un desarrollo económico, social y ecológico sustentables. Se incluyen reflexiones sobre la relación hombre-naturaleza, el progreso científico, la generación de tecnología y su influencia en las relaciones de poder etc.

Pueden ser tratados también temas referentes al modelo de organización de las instituciones de enseñanza, investigación y extensión, y sus reflejos en la formación de recursos humanos y en la producción y difusión del conocimiento.

ORIENTACIÓN PARA LA PUBLICACIÓN DE ARTÍCULOS

Los artículos presentados pueden ser redactados en portugués y español. Los autores deben indicar su función y la institución a que están vinculados. El Consejo Editorial reserva a sí el derecho de sugerir modificaciones en la forma, con el objetivo de adecuar los artículos a las dimensiones de la revista y a su padrón editorial y gráfico. Las colaboraciones solicitadas por los editores tienen prioridad en la publicación. Los trabajos espontáneamente enviados deben ser remitidos a la revista en el período de **1º a 30 de abril y durante el mes de octubre**. Se recomienda a los autores textos de, a lo máximo, **veinte páginas**.

DISTRIBUCIÓN

La distribución de la revista es gratuita para las instituciones que se dedican a la docencia y a la investigación de la ciencia y del medio ambiente en Brasil, América Latina, México, Portugal y España. Otros interesados podrán adquirirla a través de consulta a la dirección de la revista.



RUA DO COMÉRCIO, 1364 - FÔNE: (055) 332-6100 - RAMAL 263 - FAX (055) 332-3717 - 98700-000 - UUI-RS